

**REFORÇAR
O PARTIDO,
AVANÇAR
COM A LUTA.**

**CONSTRUIR A ALTERNATIVA
PATRIÓTICA E DE ESQUERDA.**

PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA

**VIII ASSEMBLEIA DA
ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA**

18 DE ABRIL 2015, SÁBADO · FÓRUM LISBOA



Índice

1. Introdução.....	2
2. Fortalecer a organização e a luta dos trabalhadores e do povo, assegurar a ruptura com a política de direita, afirmar a alternativa patriótica e de esquerda.....	3
2.1. A organização e a luta dos trabalhadores.....	3
2.1.1. A luta dos trabalhadores, a resistência à ofensiva, a defesa dos seus direitos e interesses de classe.....	3
2.1.2. A acção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho.....	4
2.1.3. O Movimento Sindical Unitário e as tarefas dos comunistas.....	6
2.1.4. As Comissões de Trabalhadores.....	9
2.2. A organização e a luta das populações e de outras camadas, sectores e grupos sociais.....	10
2.2.1. A organização e a luta das populações.....	10
2.2.2. Os Intelectuais e Quadros Técnicos.....	12
2.2.3. A Juventude.....	13
2.2.4. Os Reformados.....	14
2.2.5. As Mulheres.....	15
2.2.6. As Pessoas com Deficiência.....	15
2.2.7. Os Micro, Pequenos e Médios Empresários.....	16
2.2.8. Os Pequenos e Médios Agricultores.....	16
2.2.9. O Movimento dos Utentes.....	17
2.2.10. O Movimento Associativo Popular.....	17
2.2.11. Os Bombeiros Voluntários.....	18
2.2.12. O Movimento pela Paz e a Solidariedade Internacionalista.....	18
2.2.13. A URAP.....	18
2.2.14. Outros Movimentos.....	19
2.3. A acção nas instituições.....	19
2.3.1. A acção nas autarquias locais.....	19
2.3.2. A acção na Assembleia da República e no Parlamento Europeu.....	20
2.4. As batalhas eleitorais.....	20
2.4.1. As eleições para as autarquias locais de 2013.....	20
2.4.2. As eleições para o Parlamento Europeu de 2014.....	20
2.5. O trabalho político unitário.....	21
2.6. O reforço do Partido e a luta pela alternativa.....	22
3. O Partido e o seu reforço.....	22
3.1. Apreciação e breve balanço de intervenção e afirmação do Partido.....	22
3.2. Questões Prioritárias do Reforço do Partido.....	23
3.3. Direcção.....	23
3.3.1. Trabalho de direcção e estilo de trabalho.....	23
3.3.2. DORL.....	23
3.3.3. Organismos Intermédios de Direcção: Comissões Concelhias e Organismos de Direcção de Sectores; outros Organismos de Direcção.....	24
3.4. Quadros.....	24
3.4.1. O papel dos quadros.....	24
3.4.2. A Formação Política e Ideológica dos Quadros.....	25
3.5. Organização.....	25
3.5.1. Composição e Estrutura da Organização.....	25
3.5.1.1. Caracterização da ORL do PCP.....	25
3.5.1.2. Estrutura da ORL.....	25
3.6. Informação e Propaganda.....	26
3.7. Imprensa do Partido: “Avante!” e “O Militante”.....	27
3.8. Festa do Avante!.....	27
3.9. Fundos.....	28
3.9.1. Política de Fundos. Situação e exigências.....	28
3.9.2. O Património do Partido, os Centros de Trabalho.....	29
4. Democracia e socialismo.....	29

1. Introdução

1.1 O aprofundamento da crise estrutural do capitalismo – que acentua o seu carácter explorador, opressor, agressivo e predador – continua a marcar a evolução da situação internacional, onde, ao mesmo tempo, tem vindo a ter lugar um complexo processo de rearrumação de forças que, apesar da existência de contradições, tem representado um factor de contenção à instauração de uma «nova ordem mundial» hegemónica pelo imperialismo norte-americano.

1.2 Sob a condução dos Estados Unidos da América, o imperialismo reforça e amplia à escala planetária as suas alianças político-militares, multiplica focos de tensão, incrementa a ingerência em países soberanos, instrumentaliza grupos xenófobos e fascistas e a sua acção terrorista e fomenta a agressão contra aqueles que resistem ao seu objectivo de domínio e imposição da sua supremacia mundial.

1.3 A situação evidencia a necessidade de aprofundar e desenvolver a luta e a convergência das mais amplas forças sociais e políticas contra o imperialismo, a guerra e a ameaça fascista, pela paz, afirmando uma ampla frente anti-imperialista e coloca a necessidade do reforço do movimento comunista e revolucionário internacional, dos partidos comunistas e outras forças revolucionárias e dos esforços para a sua cooperação.

1.4 No plano nacional, a política de direita dos últimos 38 anos, articulada com o processo de integração capitalista europeu e agravada nos últimos anos pelos PEC e o Pacto de Agressão da Tróica, da responsabilidade do PS, PSD, CDS, lançaram o País no maior período de recessão e estagnação económica das últimas décadas, promoveram o declínio económico, o retrocesso social e o empobrecimento, liquidaram e negaram direitos constitucionalmente consagrados, privaram centenas de milhares de portugueses de concretizarem no seu País o futuro que querem construir, destruíram capacidade produtiva nacional na indústria, na agricultura e nas pescas, reconstituíram os grupos económicos e financeiros associados e dependentes do capital estrangeiro,

alienaram sectores estratégicos essenciais ao desenvolvimento do país, criando uma situação sem precedentes desde o fascismo.

1.5 Ao mesmo tempo que todos os anos são transferidos para os banqueiros nacionais e estrangeiros muitos milhares de milhões de euros, roubados aos trabalhadores, reformados e pensionistas, acentua-se a exploração do trabalho, baixando o valor dos salários, aumentando o horário do trabalho e o tempo de trabalho não pago e aumentando o desemprego. Concentra-se ainda mais a riqueza nacional nos grupos económicos através das privatizações e, simultaneamente, o empobrecimento alastra em todo o país, regressam e intensificam-se fenómenos como a fome e cerca de três milhões de portugueses vivem abaixo do limiar da pobreza, sendo uma boa parte trabalhadores, reformados e pensionistas. Portugal é por isso cada vez mais desigual, mais injusto, mais dependente e menos soberano.

1.6 A concretização de uma política alternativa e de uma alternativa política ao rumo de desastre para que o País tem sido conduzido nos últimos 38 anos constitui, por isso mesmo, um imperativo nacional e uma exigência patriótica. A partir das decisões do XIX Congresso e de posteriores reuniões do Comité Central, o Partido tem em curso acções com vista à convergência e cooperação com as forças, sectores e personalidades democráticas que séria e convictamente estejam empenhados na ruptura com a política de direita e sejam a base da constituição de um governo que tenha na política patriótica e de esquerda que o PCP apresenta ao País a base essencial da política a desenvolver, assente na promoção e valorização da produção nacional; na recuperação para o controlo público dos sectores e empresas estratégicas, designadamente do sector financeiro; na valorização dos salários e rendimentos dos trabalhadores e do povo; na defesa do emprego com direitos; na defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, designadamente do direito à educação e à saúde públicas e de qualidade e à segurança social; numa política fiscal que desagrave a carga sobre os rendimentos dos trabalhadores e das pequenas e médias empresas e tribute fortemente os rendimentos e o

património do grande capital, os lucros e a especulação financeira; na renegociação da dívida; na rejeição da submissão às imposições do Euro e da União Europeia, recuperando para o País a sua soberania económica, orçamental e monetária. A política patriótica e de esquerda insere-se no projecto de democracia avançada - os valores de Abril no futuro de Portugal – parte integrante da sociedade socialista que queremos construir.

1.7 A concretização da alternativa política coloca, entre outras, duas tarefas determinantes a todo o Partido, às suas organizações, e a todos os seus militantes: reforçar o Partido ampliando de forma decisiva a sua influência social, política e eleitoral e assegurar um vigoroso desenvolvimento da luta de massas que conflua para a criação de uma vasta frente social.

1.8 No que respeita ao reforço do Partido, há que ter em conta as cinco direcções principais decididas pelo Comité Central:

- Aumentar a capacidade de direcção, elevar a militância, alargar a responsabilização de quadros;
- Promover o recrutamento concretizando a integração de novos militantes;
- Dar mais força à luta de massas e à intervenção política, estruturar a organização e melhorar o funcionamento dando prioridade ao reforço da organização e intervenção do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores, nas empresas e locais de trabalho bem como a outras áreas de intervenção;
- Reforçar os meios de acção e intervenção do Partido quanto à imprensa, à informação e à propaganda;
- Defender e reforçar a independência financeira do Partido.

1.9 É neste quadro social, político e partidário que a VIII Assembleia da Organização Regional de Lisboa se vai realizar, colocando-se assim como principal tarefa discutir e decidir sobre as tarefas a realizar com vista à concretização destes objectivos políticos do Partido no plano do distrito. São objectivos da Assembleia da ORL: **reforçar o Partido e a sua ligação às massas, intensificar a luta.**

2. Fortalecer a organização e a luta dos trabalhadores e do povo, assegurar a ruptura com a política de direita, afirmar a alternativa patriótica e de esquerda

2.1. A organização e a luta dos trabalhadores

2.1.1. A luta dos trabalhadores, a resistência à ofensiva, a defesa dos seus direitos e interesses de classe

2.1.1.1. Neste período entre Assembleias a ofensiva contra os trabalhadores acentuou-se com a destruição de postos de trabalho, cortes e degradação de salários e de condições de vida e de trabalho, generalização da precariedade, aluguer de mão-de-obra barata e de trabalho temporário, aumento do desemprego, embaratecimento e facilitação dos despedimentos, diminuição do apoio social aos desempregados, aumento e desregulamentação dos horários de trabalho, corte nos feriados e no pagamento do trabalho extraordinário, ataque à contratação colectiva, desrespeito pela Constituição e a lei e pelos direitos dos trabalhadores, crescente utilização de métodos e práticas sem regras por parte do patronato, aumento da repressão e chantagem nos locais de trabalho, a intimidação, a ameaça e as represálias, a par da agudização da falta de meios materiais e humanos da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) com impactos na não fiscalização e generalização de ilegalidades e ataques a direitos fundamentais nos serviços e empresas.

A situação profissional e económico-social dos trabalhadores agravou-se e a acção dos militantes do Partido nas empresas e locais de trabalho tornou-se mais difícil.

2.1.1.2. E foi neste contexto político e social de ataque aos direitos dos trabalhadores que se desenvolveu a intervenção dos membros do Partido, através da iniciativa própria da organização partidária ou da participação nas organizações unitá-

rias de massas como o Movimento Sindical Unitário ou o Movimento das Comissões de Trabalhadores, na promoção da unidade e na dinamização da luta nas empresas e locais de trabalho em torno dos problemas e objectivos concretos dos trabalhadores e partindo daí para reivindicações e objectivos políticos mais vastos como o derrube do Governo, a ruptura com a política de direita, por uma política patriótica e de esquerda. Uma intervenção que, embora não estando isenta de debilidades e insuficiências, se afirmou como fundamental e determinante na força, dimensão, direcção e consequência da luta de massas.

2.1.1.3. A unidade, resistência e luta dos trabalhadores e das suas organizações de classe, no distrito de Lisboa, atingiram níveis muito elevados, designadamente a realização de quatro Greves Gerais e as cerca de duas dezenas de grandes acções nacionais da CGTP-IN; várias iniciativas da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública; milhares de lutas e iniciativas dos sindicatos no distrito de Lisboa dos sectores Privado e Público. Lutas de onde se destacam, nomeadamente, as lutas dos trabalhadores da Administração Pública Central, da Saúde, da Educação, da Segurança Social e da Justiça; da Administração Local; no sector dos transportes, dos trabalhadores do Metro, da CP, da CP Carga, da Refer, da EMEF, da Carris, da TAP, da SpdH, das rodoviárias privadas de passageiros e dos estivadores do Porto de Lisboa; dos trabalhadores da INCM, da Valorsul, da Saint Gobain, dos Centros de Contacto da EDP, dos CTT, da Agência Lusa e do Diário de Notícias e diversas lutas dos trabalhadores da cultura. A Interjovem Lisboa dinamizou a "Marcha contra o desemprego" e as campanhas "Não Largo Abril" e "Atenção aqui há trabalho precário" e as manifestações do dia nacional dos jovens trabalhadores. A União dos Sindicatos de Lisboa desempenhou em todas estas lutas um papel importante de dinamização, organização e mobilização e desenvolveu ainda diversas iniciativas próprias. Um grande conjunto de acções que mobilizaram largas centenas de milhares de trabalhadores e foram a força mais consequente no enfrentar da política de direita.

2.1.2. A acção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho

2.1.2.1. Na última Assembleia da ORL concluiu-se que a empresa e o local de trabalho deviam estar no centro da acção política do Partido e a célula de empresa, a mais importante organização de base do Partido e elo de ligação fundamental aos trabalhadores, devia merecer a atenção do trabalho de direcção de todas as organizações e dos seus organismos dirigentes. Com esse objectivo definiram-se orientações de trabalho e medidas a tomar.

2.1.2.2. Como balanço do trabalho realizado destacamos:

No plano da direcção, organização e de quadros constituiu-se um organismo intermédio para a Hotelaria, Grandes Superfícies e Vigilância e Limpeza com o objectivo de dar uma maior atenção a estes sectores de uma importância crescente, destacou-se um quadro funcionário do Partido para reforçar a intervenção nos Centros de Contacto, manteve-se uma regularidade de funcionamento da Coordenadora dos Sectores de Empresas dos Concelhos, concluiu-se, no fundamental, a transferência dos militantes reformados das empresas para as células de reformados ou para as organizações locais, recrutaram-se 385 militantes e de entre estes 98 dirigentes e delegados sindicais e 10 membros de CT e Sub-CT No plano da propaganda cerca de 50 células fizeram comunicados aos trabalhadores. Realizaram-se quatro reuniões de quadros para controlo de execução das medidas decididas nos planos de actividade anuais da ORL. Podemos concluir também que houve uma maior reflexão e discussão nas organizações e que se avançou na ligação entre membros do Partido nas empresas e locais de trabalho e camaradas dirigentes sindicais.

2.1.2.3. Mantêm-se, no entanto, dificuldades que dependem da actividade do Partido e que é preciso ultrapassar, discutindo e definindo as medidas adequadas: alguma incompreensão sobre a importância estratégica para o Partido e para a luta da criação de células de empresa e sobre a responsabilização dos principais quadros por esta tarefa; rotinas e estilos de trabalho inadequados à realidade que se vive nos locais de

trabalho e à organização do Partido que aí temos; a não compreensão sobre o papel que cabe ao Sindicato e ao Partido.

2.1.2.4. A base principal do trabalho centra-se em 8 Sectores Profissionais com organismos de direcção consolidados e com regularidade de funcionamento. A estrutura assenta também em 12 Sectores de Empresas concelhios, com maior dificuldade de funcionamento e num Sector Sindical que organiza membros do Partido dirigentes e trabalhadores das estruturas sindicais.

Nas 64 células de empresa a situação é diferenciada. Temos células que reúnem regularmente e células com um funcionamento muito irregular.

2.1.2.5. As dificuldades objectivas, fruto da ofensiva do grande capital no plano político, ideológico e repressivo, vão continuar a condicionar o nosso trabalho. Mas são grandes as potencialidades para reforçar o Partido no plano orgânico, político e ideológico, assim como no alargamento do seu prestígio junto de centenas de milhar de trabalhadores, profundamente explorados e a ganhar consciência de classe. Este trabalho, que a ORL e as suas organizações têm de fazer, tem uma importância decisiva para garantir a natureza de classe do Partido e a luta que trava pela transformação da sociedade.

2.1.2.6. *São orientações:*

2.1.2.6.1. Realizar uma profunda discussão em toda a ORL sobre a importância da organização do Partido nas empresas e locais de trabalho, identificar as tarefas daí resultantes e decidir sobre as medidas de direcção para as concretizar, tendo por base as necessidades actuais para o reforço orgânico do Partido e das organizações de massas, mas também o futuro do Partido, da sua natureza de classe e da luta;

2.1.2.6.2. Recrutar nos próximos quatro anos (até à próxima assembleia), 1000 novos militantes, a organizar nas células de empresa;

2.1.2.6.3. Concretizar uma linha específica de recrutamento de delegados sindicais, pela importância que representam para a renovação e rejuvenescimento do Movimento Sindical Unitário, fazer controlo de execução e enquadrar na actividade do Partido os novos militantes;

2.1.2.6.4. Sensibilizar os militantes para a sindicalização e a participação nas ORT;

2.1.2.6.5. Persistir na orientação de organizar prioritariamente os militantes nos organismos de local de trabalho;

2.1.2.6.6. Concluir o contacto individual com os militantes do Partido no âmbito da acção de contactos e enquadrá-los nas tarefas tendo em conta a manifestação da sua vontade e disponibilidade;

2.1.2.6.7. Continuar a fazer o levantamento e a transferência de quadros das freguesias que reforcem, efectivamente, os OD dos sectores e as células de empresa;

2.1.2.6.8. Reforçar as células existentes e adequar o seu funcionamento às condições concretas das empresas e dos camaradas;

2.1.2.6.9. Constituir organismos adaptados ao trabalho por turnos, utilizar os locais, os horários e o tempo de reunião mais adequados, criar núcleos de camaradas por ramo de actividade ou de camaradas dispersos mas que desenvolvem a actividade profissional na mesma área geográfica;

2.1.2.6.10. Criar novas células, onde haja pelo menos 3 militantes, manter a ligação regular aos militantes que estão isolados nas suas empresas, podendo organizá-los em célula de várias empresas;

2.1.2.6.11. Promover iniciativas de convívio, de debate, entre outras, com trabalhadores não militantes que facilitem um melhor conhecimento do Partido, da sua organização e das suas propostas;

2.1.2.6.12. Alargar de forma substancial o número de empresas onde os trabalhadores tenham acesso à avaliação e análise do Partido dos problemas concretos do seu local de trabalho, apontando o caminho da luta para a sua resolução e dando a conhecer as propostas e o seu projecto libertador e emancipador;

2.1.2.6.13. Definir com mais rigor quais as empresas com mais de 1.000 trabalhadores ou consideradas estratégicas em cada uma das organizações para aí investir quadros, meios e disponibilidades;

2.1.2.6.14. Discutir e definir nas Comissões de Freguesia, particularmente naquelas que têm melhores condições, onde podem intervir no reforço do Partido nas empresas e locais de trabalho, através de distribuições regulares de informação e propaganda, recrutamento, contribuir para a constituição de novas células;

2.1.2.6.15. Encontrar as formas adequadas para que os camaradas reformados, organizados nos sectores profissionais, se envolvam no trabalho de criação de novas células.

2.1.2.6.16. Realizar um Encontro anual (a iniciar em 2015) para balanço do trabalho realizado e das decisões tomadas.

2.1.2.7. A vida mostra-nos que este trabalho é difícil e complexo. Exige disponibilidade, persistência, muita persistência no trabalho de agitação, contacto regular, esclarecimento, mobilização, organização. Tentar e voltar a tentar, sem desistências, até conseguir o objectivo que perseguimos é o que tem de ser feito.

2.1.3. O Movimento Sindical Unitário e as tarefas dos comunistas

2.1.3.1. O principal traço na caracterização do Movimento Sindical Unitário (MSU) no distrito de Lisboa continua a ser o seu forte compromisso de classe e empenho na luta em defesa dos direitos e aspirações dos trabalhadores. A intervenção dos sindicatos da CGTP-IN, e do restante MSU, é reconhecida pela generalidade dos trabalhadores. Embora com diferenças entre as várias estruturas, os níveis de sindicalização, de estruturação da organização de base, a capacidade de mobilização dos trabalhadores e as intensas lutas desenvolvidas demonstram, em simultâneo, o valioso trabalho realizado e a necessidade e possibilidade de ir muito mais além.

2.1.3.2. A União dos Sindicatos de Lisboa (USL) é das organizações mais respeitadas e com maior capacidade de mobilização e intervenção no distrito. Envolvendo os sindicatos nela filiados, ou que com ela cooperam, desenvolveu e participou em centenas de iniciativas de defesa dos direitos dos trabalhadores, dos serviços públicos, de afirmação da paz e amizade entre os povos e de defesa da liberdade e da democracia.

2.1.3.3. No trabalho junto dos jovens trabalhadores no distrito, a Interjovem Lisboa, embora alternando entre períodos de maior capacidade de

intervenção e fases de maior dificuldade num quadro de um tão forte ataque, desenvolveu uma intervenção conseqüente e de grande relevo. A acção desenvolvida tem-se demonstrado de enorme importância também na formação de quadros jovens e na sua integração na vida e luta dos respectivos sindicatos. Continuam, no entanto, a verificar-se insuficiências na concepção e concretização do trabalho sindical dirigido que envolva os jovens trabalhadores como uma responsabilidade de cada estrutura quer com a criação e dinamização de comissões de jovens nos sindicatos quer com a sua atenção aos problemas, aspirações e reivindicações que mais motivam os jovens trabalhadores e não como uma linha de trabalho remetida exclusivamente para a Interjovem.

2.1.3.4. A Inter-reformados Lisboa, no plano da USL, pode e deve ter um papel activo na coordenação e dinamização da acção dos sindicatos neste âmbito. A preocupação e acompanhamento dos problemas dos reformados de cada sector com as comissões de reformados no sindicato e em alguns casos no plano de empresas, face à ofensiva contra os direitos dos reformados, em particular os que resultam da contratação colectiva, revelou-se necessária e exige mais iniciativa e trabalho concreto que não pode ser substituído por um trabalho generalista dirigido a todos os reformados.

2.1.3.5. A ofensiva ideológica do grande capital aplicou a habitual cartilha da conciliação de classes, recorrendo aos instrumentos por si criados, como é o caso da UGT, sempre pronta a avalizar e subscrever a política de direita como aconteceu com o roubo do Salário Mínimo Nacional. Simultaneamente, procurou massificar ideias como "a vida acima das possibilidades dos portugueses", os "sacrifícios para todos", a "austeridade como inevitabilidade", a existência de uma "classe política" em que "todos são iguais", ou a "falta de alternativa à política de direita".

2.1.3.6. A Acção Sindical Integrada, orientação há muito definida pela CGTP-IN, confirma-se como o cerne do reforço da capacidade de resposta e mobilização dos trabalhadores. Articular a sindicalização e o reforço da organização sindical de base com a acção reivindicativa em torno dos interesses concretos dos trabalhadores e a luta mais geral em torno de objectivos políticos, como

a ruptura com a política de direita, tem-se demonstrado não só possível, mas o mais eficaz caminho.

2.1.3.7. O desenvolvimento da acção reivindicativa nas empresas e locais de trabalho e nos sectores, unindo, organizando e mobilizando os trabalhadores para a luta em defesa dos seus interesses de classe, resistindo à ofensiva e promovendo avanços, é o aspecto central da acção dos comunistas no movimento sindical unitário. É uma tarefa fundamental que integra, entre muitos outros, como principais objectivos: o aumento dos salários; a defesa da organização do horário de trabalho e a sua redução progressiva para as 35 horas para todos os trabalhadores; o combate à precariedade e aplicação do princípio a um posto de trabalho permanente um contrato de trabalho efectivo; a defesa e aplicação dos direitos individuais e colectivos, designadamente os que estão consagrados na contratação colectiva.

2.1.3.8. A luta nas empresas e locais de trabalho não se esgota nos objectivos económicos imediatos. A ideia de que existe uma dicotomia entre a luta concretizada nos locais de trabalho e as grandes acções de convergência dos trabalhadores tem-se demonstrado errada. A experiência comprova que ambas dimensões, tendo características e alvos distintos, se inter-influenciam e potenciam mutuamente. A unidade dos trabalhadores no interior das empresas faz-se, também, da convergência na luta geral contribuindo para a compreensão de que cada luta é mais forte, não na sua afirmação isolada, mas integrada num imenso caudal de defesa dos interesses gerais dos trabalhadores.

2.1.3.9. A questão da unidade dos trabalhadores é, no entanto, mais vasta que a unidade nos locais de trabalho. Embora indissociável da unidade na base, a garantia da unidade dos trabalhadores é igualmente inseparável da promoção do funcionamento verdadeiramente colectivo e unitário das direcções sindicais, da dinamização e reforço das estruturas intermédias, desde logo da USL, e do respeito e cumprimento dos deveres estatutários designadamente sobre os compromissos financeiros. Enfim, não haverá unidade coesa sem o pleno respeito e prática dos princípios da CGTP-IN, do seu carácter de classe, unitário, independente, solidário e de massas e dos seus objectivos, no-

meadamente o do fim da exploração do Homem pelo Homem.

2.1.3.10. O Movimento Sindical Unitário (MSU) é o maior movimento de massas do país e aquele que tem maior participação de membros do Partido. Uma participação dos comunistas que se reflecte na afirmação das características e princípios do MSU, designadamente da sua natureza de classe e de movimento sindical unitário, uma unidade assente na participação de dirigentes e activistas de diferentes opções política e ideológicas, com diferentes entendimentos sobre a religião ou diferentes crenças religiosas, mas unidos na defesa dos interesses de classe dos trabalhadores. É portanto base privilegiada para uma intervenção cuidada dos membros do Partido, procurando ouvir e discutir com os trabalhadores e os quadros sindicais não membros do Partido e mesmo membros de outras forças políticas, respeitando as suas opiniões e opções, compreendendo e inserindo na análise própria do Partido os seus elementos positivos e procurando desmitificar preconceitos e alargar o conhecimento e poder de atracção das ideias, das propostas e do projecto comunista.

2.1.3.11. A par do reforço da intervenção sindical levantam-se outras exigências para as quais é necessário encontrar resposta para garantir e reforçar a capacidade de intervenção num futuro próximo. Os processos de reestruturação sindical, administrativa e financeira, a constituição de casas sindicais, o aperfeiçoamento de serviços comuns, a readaptação da descentralização sindical à realidade hoje existente e todo o restante conjunto de medidas de pleno aproveitamento de meios humanos e materiais é uma tarefa inadiável que convoca todos os dirigentes e activistas, sempre articulada com a prioridade da acção junto dos trabalhadores.

2.1.3.12. A luta contra o desemprego e pelo direito ao trabalho é uma luta indissociável do MSU. Entretanto, a realidade concreta dos trabalhadores desempregados exige medidas e formas de organização como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) que, em cooperação com o MSU, se constitui como uma importante estrutura para a organização da acção dos trabalhadores. O MTD, no distrito de Lisboa, tem-se confrontado com inúmeras dificuldades resultantes da instabilidade de vida acentuada nos trabalha-

dores desempregados e da falta de meios para a intervenção. Não obstante, desenvolveu um importante trabalho de agitação junto dos centros de emprego, denunciando a política de direita, mobilizando os trabalhadores desempregados para as diversas lutas da CGTP-IN.

2.1.3.13. No MSU no distrito de Lisboa participam milhares de comunistas como dirigentes, delegados sindicais, trabalhadores das estruturas sindicais ou como activistas. Com níveis de participação, envolvimento e disponibilidade diversos e níveis de preparação política-ideológica e experiências distintas. Uma força imensa que será tanto mais consequente quanto intervier no quadro do duplo e indissociável compromisso com a autonomia, o carácter unitário e a democracia das estruturas sindicais e com as responsabilidades perante o Partido. Uma força que será tanto mais efectiva quanto fizer da sua ligação às massas trabalhadoras, da compreensão dos seus problemas e aspirações, da apreensão e aprendizagem da experiência colectiva e da intervenção e transformação da realidade objectiva e das consciências dos trabalhadores nas empresas e locais de trabalho o centro da sua acção.

2.1.3.14. Os comunistas dirigentes e activistas sindicais desempenham uma tarefa de grande importância para o Partido. Se bem integrados nas massas trabalhadoras conhecem e compreendem as suas dificuldades e aspirações e estão em condições de trazer essa riqueza ao colectivo partidário. Ao mesmo tempo, com a sua integração no trabalho geral do Partido armam-se com a experiência histórica da classe operária e dos trabalhadores e ficam em melhores condições de intervir no quadro unitário e assim garantir a defesa dos interesses dos trabalhadores e reforçar a unidade e a luta.

2.1.3.15. A acção unitária e o desenvolvimento da acção sindical no quadro do respeito da democracia e autonomia das estruturas sindicais é, para os comunistas que intervêm na acção sindical um importante aspecto da orientação do Partido, que se articula com a responsabilidade que cada um tem na realização duma acção constante e concreta no reforço do Partido. A mobilização para a luta, a elevação da consciência de classe, política e ideológica dos trabalhadores, a identificação dos trabalhadores mais conscientes e o seu recrutamento para o Partido, o contributo para a cons-

tituição e reforço das células de empresa são tarefas permanentes de todos os comunistas que intervêm numa determinada empresa ou local de trabalho.

2.1.3.16. Na ORL a generalidade dos camaradas dirigentes sindicais tem enquadramento partidário, designadamente nos organismos para o trabalho sindical. No entanto, é importante melhorar o funcionamento dos organismos no plano da regularidade e no aprofundamento do conteúdo político e ideológico gerais, dos aspectos específicos dos sectores e empresas e da acção geral do Partido.

2.1.3.17. No quadro do respeito pela autonomia e carácter unitário do MSU e do compromisso dos comunistas perante o Partido, *são orientações:*

2.1.3.17.1. O forte empenhamento no reforço da organização sindical através da prática da Acção Sindical Integrada, articulando a sindicalização e o reforço da organização de base nas empresas e locais de trabalho e a dinamização da acção reivindicativa e mobilização dos trabalhadores para a luta. Promover a convergência da luta pelos objectivos gerais dos trabalhadores e do povo;

2.1.3.17.2. Potenciar a unidade dos trabalhadores na sua plenitude no quadro dos princípios e objectivos da CGTP-IN;

2.1.3.17.3. Dar especial atenção à intervenção, a partir de cada sindicato e de forma integrada na acção geral, aos problemas concretos da juventude trabalhadora, dinamizar a constituição de comissões de jovens nos sindicatos e reforçar a intervenção própria da Interjovem Lisboa;

2.1.3.17.4. Aprofundar a acção dos reformados a partir de cada sindicato, sector ou empresa, constituir e promover a acção das comissões para a defesa dos seus direitos e reforçar o papel de coordenação e dinamização da Inter-reformados Lisboa;

2.1.3.17.5. Contribuir para as necessárias medidas de reestruturação administrativa e financeira e potenciação de serviços comuns visando a optimização de meios materiais e humanos e uma melhor resposta sindical;

2.1.3.17.6. Elevar a consciência de classe e política dos trabalhadores, alargando a sua compreensão para a indispensabilidade da elevação da luta de massas como meio determinante para o êxito

da luta reivindicativa actual e a luta mais geral pelo fim da exploração capitalista e a transformação da sociedade;

2.1.3.17.7. Articular a luta pelos direitos dos trabalhadores desempregados com a luta geral dos trabalhadores e promover o reforço e capacidade de intervenção própria do MTD;

2.1.3.17.8. Ouvir e discutir com trabalhadores e quadros sindicais não membros do Partido ou membros de outras forças políticas, respeitar as suas opiniões, inserir na análise própria do Partido os seus elementos positivos aproveitando para desmistificar preconceitos e alargar o conhecimento e o poder de atracção das ideias, das propostas e do projecto do Partido;

2.1.3.17.9. Contribuir para o conhecimento do Partido da situação social nos locais de trabalho, do estado de espírito e da disponibilidade para a luta dos trabalhadores e para a divulgação junto destes da análise, propostas e projecto do Partido;

2.1.3.17.10. Trabalhar no reforço orgânico do Partido, designadamente na identificação e recrutamento dos trabalhadores mais conscientes, honestos e determinados e na constituição e reforço das células de empresas e na concretização das tarefas específicas destas;

2.1.3.17.11. Aprofundar a discussão, partindo da realidade concreta, sobre a distinção de objectivos das intervenções sindical e partidária;

2.1.3.17.12. Garantir o funcionamento colectivo dos organismos do Partido para o trabalho sindical e a discussão concreta das empresas e sectores, assim como sobre a intervenção geral do Partido e os aspectos políticos e ideológicos.

2.1.4. As Comissões de Trabalhadores

2.1.4.1. As Comissões de Trabalhadores (CT) continuam a ter, apesar da destruição do tecido produtivo, da precariedade, da repressão, da falta de liberdade dentro das empresas, da falta de meios e das limitações crescentes à sua actividade, um papel muito importante na unidade, acção e luta dos trabalhadores.

2.1.4.2. Perante a brutal ofensiva contra os direitos e o aumento da exploração, torna-se necessário reforçar as CT e Sub-CT para que continuem a ter o papel consequente e interventivo que lhes

cabe nas lutas que os trabalhadores e o povo português travam contra a política de direita.

2.1.4.3. Esse papel exige a afirmação do direito ao controlo de gestão, o esclarecimento e mobilização dos trabalhadores, em cooperação e convergência com o MSU, e em contraposição com os objectivos do capital que visa colocar as CT contra o MSU.

2.1.4.4. No distrito de Lisboa estão identificadas cerca de 100 CT, a sua maioria na área dos transportes, sector financeiro, energia, comunicações e indústria. A Coordenadora das CT da Região de Lisboa (CIL) tem um funcionamento regular e uma actividade e intervenção própria.

2.1.4.5. Nos últimos anos assiste-se à dinamização da criação de CT no âmbito da Administração Pública Central e Local.

2.1.4.6. É de realçar o papel da CIL na dinamização e organização dos Encontros Nacionais das CT e a realização de vários encontros sectoriais com um papel importante na unidade e na coordenação da actividade das CT de grandes empresas com dimensão nacional ou pluridistrital e na dinamização e envolvimento das Sub-CT.

2.1.4.7. Para as células de empresa e para a actividade dos comunistas nas CT, **são orientações:**

2.1.4.7.1. A direcção de trabalho dos comunistas deve resultar da acção colectiva das células do Partido;

2.1.4.7.2. Manter um acompanhamento aos membros do Partido que intervêm nesta frente, quer estejamos em maioria quer em minoria;

2.1.4.7.3. Promover a articulação entre o movimento das CT e o MSU;

2.1.4.7.4. Procurar evitar que a vantagem na coordenação e convergência na acção, resultante da participação em simultâneo de alguns quadros nas CT e nas estruturas do MSU se traduza num elemento negativo que impeça a responsabilização de outros quadros e reduza globalmente os tempos disponíveis para a intervenção das ORT;

2.1.4.7.5. Melhorar a coordenação entre as CT;

2.1.4.7.6. Reforçar o envolvimento no movimento nacional das CT;

2.1.4.7.7. Acompanhar os processos eleitorais e a constituição de novas CT, nomeadamente na área da administração pública.

2.2. A organização e a luta das populações e de outras camadas, sectores e grupos sociais

2.2.1. A organização e a luta das populações

2.2.1.1. Nos últimos anos, com origem na política de direita desenvolvida e concretizada pelos sucessivos governos, associada a políticas municipais com ela convergentes, as condições de vida das populações do distrito de Lisboa têm sido muito degradadas.

2.2.1.2. A luta organizada é a única resposta consequente à ofensiva em curso, e as organizações locais do Partido têm um papel fundamental na dinamização da luta das populações, pois essa é uma dimensão essencial da sua existência e das suas funções. O trabalho de organização e a estrutura das organizações locais do Partido devem ser concebidos em função do objectivo de uma maior ligação às massas, do alargamento da sua influência e da resposta aos problemas dos trabalhadores e das populações.

2.2.1.3. Desde a última Assembleia avançámos quer na compreensão, quer na efectiva concretização desta necessidade a partir da actividade das organizações locais do Partido. No entanto persistem dificuldades em dar consistência e regularidade a este trabalho.

2.2.1.4. A resistência e luta organizada das populações, através de movimentos unitários e Comissões de Utentes, têm sido um travão aos objectivos ideológicos de ataque às funções sociais do Estado para a criação de um Estado «mínimo», por via da destruição dos serviços públicos. A articulação e convergência da luta das populações e dos trabalhadores é determinante para atingir os seus objectivos, é a mais sólida perspectiva da sua continuação pela ruptura com a política de direita.

2.2.1.5. Num contexto de violentos ataques as populações têm respondido, erguendo e desenvolvendo a luta na defesa dos seus direitos e interesses. Esta luta, da mais pequena à maior, com manifestações, concentrações, sessões, abaixo-assinados, cortes de vias, entre outras

formas, traduziu-se em centenas de acções, envolvendo milhares de pessoas. As organizações locais do Partido, os eleitos da CDU nas autarquias, as Comissões de Utentes e outras estruturas unitárias estiveram na linha da frente da mobilização, organização e movimentação destas largas massas..

2.2.1.6. Na Saúde, destacam-se: as marchas em defesa do Serviço Nacional de Saúde, convocadas pelo MUSP; as acções de luta desenvolvidas pela Plataforma em Defesa do SNS contra o encerramento das unidades hospitalares (Colina de Santana, Pulido Valente, Gama Pinto e MAC); as acções levadas a cabo contra o encerramento de centros e extensões de saúde, bem como pelo seu funcionamento com condições materiais e o número de trabalhadores adequado; a luta contra o encerramento de serviços hospitalares específicos, de onde se destaca a dos utentes da saúde em defesa do centro hospitalar de Torres Vedras, uma das maiores lutas de massas já realizadas naquele concelho; as inúmeras acções de protesto contra a existência e aplicação das taxas moderadoras, a falta de médicos de família, de enfermeiros e de pessoal auxiliar e contra os cortes nos apoios ao transporte de doentes não urgentes e as lutas pela construção de novos hospitais em Sintra, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira e pela plena integração no SNS dos hospitais resultantes de PPP.

2.2.1.7. Na Educação, relevam-se as acções em defesa da Escola Pública, que juntaram professores e demais trabalhadores, estudantes, pais e encarregados de educação, contra a redução da acção social escolar, contra o subfinanciamento da educação pública e a degradação das condições de trabalho do pessoal docente e não docente, contra o encerramento de escolas básicas e secundárias, pela remodelação e construção de novos estabelecimentos de ensino e equipamentos complementares, pelo alargamento da rede pública do pré-escolar, pela defesa das cantinas escolares enquanto serviços públicos e de qualidade, pela colocação de professores necessários ao funcionamento regular das escolas.

2.2.1.8. Nos Transportes, salientam-se as lutas levadas a cabo pelas Comissões Utentes, com corte de vias, concentrações, manifestações e abaixo-assinados contra a privatização das redes suburbanas da CP de Sintra, Cascais e Azambuja

e pelo investimento na obsoleta linha de Cascais e pela segurança dos seus utentes, contra a supressão de horários, de comboios na CP e no Metropolitano de Lisboa, contra a diminuição de carreiras na Carris e nas operadoras rodoviárias privadas Vimeca, Scotturb e Rodoviária Lisboa, contra o fim do passe social e pela criação de novas carreiras de acesso a serviços públicos em várias localidades.

2.2.1.9. Pelo Direito à Habitação, na luta contra a nova Lei do Arrendamento que levou ao despejo de famílias e pequenas empresas, em que se movimentaram milhares de inquilinos em sessões públicas, concentrações e manifestações e as recentes acções contra a nova Lei da Renda Apoiada.

2.2.1.10. No Urbanismo, contra os projectos de especulação imobiliária na Colina de Santana em Lisboa, da Quinta dos Ingleses em Carcavelos, da "Cidade da Sonae" em Sintra, pela implantação de acessibilidades, pela recuperação de vias principais para deslocação entre populações, como na EN117 em Sintra, pela construção de equipamentos e serviços sociais, pela construção de instalações para associações de reformados, pavilhões gimnodesportivos, polidesportivos e piscinas, pela construção de bibliotecas e auditórios municipais.

2.2.1.11. Na Segurança das Populações, pelo reforço dos meios materiais e humanos das esquadras e contra os encerramentos de esquadras na cidade de Lisboa

2.2.1.12. Na luta pelos serviços da Segurança Social, na defesa dos salários e das reformas e pensões, contra os roubos e a redução do alcance social de prestações sociais como o subsídio de desemprego, o rendimento social de inserção ou o abono de família, contra a privatização dos CTT e o encerramento das Estações dos Correios, contra a privatização da EGF e em defesa dos sistemas públicos de Tratamento de Resíduos Sólidos Valorsul e TratoLixo.

2.2.1.13. Em defesa da Água Pública, contra o aumento do preço da água e a tentativa de concessão da sua distribuição no município de Odivelas e pela constituição dos Serviços Intermunicipais de Água e Resíduos de Loures e Odivelas e o combate à privatização da distribuição de água em Cascais, Alenquer e

Azambuja. Salienta-se ainda neste âmbito, a campanha «Água Pública, Água de Todos» promovida pela Associação Água Pública.

2.2.1.14. O processo de liquidação de freguesias, configurando-se como um ataque ao regime democrático, onde se insere o ataque ao Poder Local Democrático constitucionalmente consagrado, e que se iniciou com PS/António Costa na cidade de Lisboa e foi levado a cabo em todo o país pelo governo PSD/CDS, com a cumplicidade do PS, conheceu no distrito uma forte oposição das populações e dos trabalhadores da administração local. Os eleitos da CDU assumiram um papel destacado na mobilização, organização e direcção desta luta que, em 2012 na Avenida da Liberdade mobilizou uma das maiores manifestações de massas que juntou milhares e milhares de eleitos, trabalhadores da Administração Local, dirigentes do Movimento Associativo e populações.

2.2.1.15. O papel, a acção e intervenção dos eleitos comunistas deve traduzir-se num trabalho de denúncia e apresentação de soluções para resolução dos problemas concretos das populações no âmbito das competências do poder local, e/ou reivindicando a resposta adequada do Governo Central. Para tal, é fundamental o envolvimento e participação das populações, com particular importância na ligação do Partido às massas, aos seus problemas concretos e na organização e mobilização da sua força reivindicativa em defesa dos seus interesses e aspirações, inserindo-a na luta mais geral pela ruptura com a política de direita.

2.2.1.16. A concretização do papel do Partido com a sua acção de vanguarda na direcção, organização e mobilização das populações e a sua intervenção e acção próprias, constituem uma das principais fontes do seu reforço orgânico.

2.2.1.17. *São orientações:*

2.2.1.17.1. Aprofundar a ligação da organização do Partido às massas e o conhecimento dos seus problemas concretos, organizando, mobilizando e dirigindo a sua luta em torno da sua resolução, inserindo-a nos objectivos gerais pela ruptura com a política de direita;

2.2.1.17.2. Continuar a desenvolver a luta das populações em defesa dos serviços públicos, com

destaque para a luta contra a privatização da água, dos sistemas de saneamento e tratamento de resíduos e dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa;

2.2.1.17.3. Intervir para travar o processo de transferência de competências para os municípios nas áreas da Educação, Saúde, Segurança Social e Cultura, envolvendo as populações na defesa destas funções da administração central do Estado;

2.2.1.17.4. Prosseguir a luta em defesa do Serviço Nacional Saúde, que no distrito de Lisboa se deverá continuar a desenvolver em torno do combate ao desmantelamento dos serviços hospitalares da Colina de Santana, pelo integração das PPP's da área da saúde na esfera pública, pela construção de Centros de Saúde e dos novos hospitais de Todos os Santos e de Sintra e pelo reforço efectivo da rede de cuidados de saúde primários.

2.2.2. Os Intelectuais e Quadros Técnicos

2.2.2.1. Desde a realização da última AORL confirmaram-se e aprofundaram-se os traços que então tínhamos diagnosticado:

2.2.2.1.1. Verifica-se uma acelerada proletarianização, assalariamento, precarização das condições de trabalho e aumento da exploração dos trabalhadores intelectuais, através da diminuição dos salários, aumento do desemprego e da precariedade, emigração, abandono das profissões e desregulação horária em todas elas.

2.2.2.1.2. Foram concretizados cortes brutais no investimento público, do apoio às artes, às empresas públicas de comunicação social, às unidades de investigação e instituições de ensino superior público, canalizando os recursos públicos para as grandes empresas do sector e grupos económicos e financeiros em detrimento do sector público e das necessidades de desenvolvimento económico e social do país.

2.2.2.1.3. Acentuou-se a perda de soberania nacional com a imposição de uma política de liquidação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, seja através da redução drástica do financiamento de projectos em curso, seja através

da negação de condições de desenvolvimento de novos projectos. Estas medidas radicam numa opção política de desresponsabilização do estado na garantia das suas funções sociais, promovendo um sistema “concorrencial” de disputa do iníquo investimento público, assente no financiamento quase exclusivo através de fundos comunitários, numa lógica de competitividade com países detentores de sistemas públicos de ciência solidamente robustos. Para além disto, radica numa opção de financiar apenas o que permite lucro imediato, com uma política de liquidação da investigação científica em Portugal, seja de projectos em curso ou de outros que não se iniciarão, sendo cada vez mais decididas na UE as verbas públicas a atribuir à investigação e sendo-o segundo os interesses dos mercados, inviabilizando o estudo de aspectos ligados à literatura ou às ciências sociais e humanas e a realidade nacional, bem como de outras investigações científicas que resultem de necessidades de desenvolvimento nacional ou mesmo regional. Outro dos impactos desta política é a emigração forçada de milhares de trabalhadores científicos que deviam colocar a sua capacidade de trabalho em prol do desenvolvimento do país. Muitos outros trabalhadores das mais variadas áreas científicas, técnicas, culturais e artísticas estão confrontados com a negação e a frustração do seu direito à realização das suas competências, capacidades, especialização e criatividade própria, com a crescente mercantilização e elitização estimulada pelos sucessivos governos PS, PSD e CDS.

2.2.2.1.4. Continua a aprofundar-se a concentração dos vários sectores de trabalho intelectual em grandes grupos, cumprindo assim objectivos económicos e ideológicos. Económico, com a liquidação de centenas de estruturas artísticas, editoriais ou científicas, de meios de comunicação social não monopolistas ou de âmbito regional, de pequenos escritórios de advogados e ateliês de arquitectos, e com o domínio de toda a cadeia associada à criação, produção e divulgação. Ideológico, seleccionando e condicionando o que se cria, o que se investiga, o que se estuda, o que se publica, o que se divulga, ao serviço dos interesses do mercado e da homogeneização e hegemonização cultural e ideológica dos critérios dominantes, diminuindo a

autonomia relativa que estes trabalhadores têm na sua esfera de intervenção.

2.2.2.2. Mas confirmou-se também o progressivo desenvolvimento da luta destes trabalhadores e desta camada da população, com a realização da maior manifestação de sempre de bolseiros de investigação científica, com o retomar de grandes acções de massas dos professores, com a luta em defesa da RTP, ou com as significativas acções em defesa da cultura. Ainda que fortemente assediados pelos agentes e instrumentos da ideologia dominante e a eles ainda muito permeáveis, o aumento da consciência dos trabalhadores desta área e da sua participação foi, nestes anos, notório.

2.2.2.3. As organizações e movimentos de massas existentes para esta camada são os Sindicatos, a Associação de Bolseiros de Investigação Científica, a Organização dos Trabalhadores Científicos e o Manifesto em Defesa da Cultura. Têm graus de intervenção de massas diferentes entre si, sofrendo os sindicatos das dificuldades historicamente existentes de organização destes trabalhadores A ABIC e o Manifesto em Defesa da Cultura dinamizaram importantes acções de massas, com base em justas reivindicações que tiveram a capacidade de unir e unificar as suas lutas, afirmaram-se e são hoje reconhecidos junto daqueles onde intervêm. Existem também Ordens Profissionais com uma intervenção específica e com as suas contradições e limitações.

2.2.2.4. *São orientações:*

2.2.2.4.1. A tomada de medidas para o aumento da nossa influência nas organizações de massas existentes ou noutras que o desenvolvimento do trabalho e da luta crie a necessidade de fazer surgir;

2.2.2.4.2. A estruturação da organização para a intervenção e para a dinamização da luta, com o reforço dos núcleos e dos subsectores existentes no Sector Intelectual, bem como com o reforço de quadros para o contacto com trabalhadores que estão frequentemente isolados ou com mudanças regulares de locais de trabalho, de modo a contribuir para o aprofundamento da ligação do Partido às massas.

2.2.2.4.3. A criação de células de empresa, particularmente nas escolas do Ensino Superior,

nas empresas da Comunicação Social e nas Artes do Espectáculo, concretamente nas instituições públicas, são objectivos a procurar concretizar.

2.2.3 A Juventude

2.2.3.1. A política de direita imposta por sucessivos governos do PS e do PSD/CDS traduz-se, a cada dia que passa, em consequências económicas e sociais devastadoras para a juventude que, baseada numa intensa ofensiva ideológica, procura impor a inevitabilidade do roubo e destruição dos direitos conquistados com Abril.

2.2.3.2. É fundamental continuar a reforçar a luta da juventude, elemento de grande importância para derrotar a política de direita e contribuir decisivamente para a alteração da situação política.

2.2.3.3. A JCP, instrumento insubstituível de ligação do Partido à juventude, regista nos últimos quatro anos uma intervenção e acção positivas. Quer pela sua acção política quer pelo seu reforço orgânico. Com intervenção regular em 59 escolas (secundário, profissional e superior), assim como presença em 19 empresas da região. No plano da luta regista-se uma evolução positiva com o aumento de acções de luta concretas, assim como vitórias e objectivos conquistados pela juventude.

2.2.3.4. Reconhecendo que o trabalho da ORL dos últimos anos não tem respondido às necessidades, importa conhecer melhor a realidade com que estão confrontados os jovens, reforçar a nossa intervenção junto da juventude e criar espaços e elementos de unidade, constitui-se como elemento indispensável para assegurar o reforço e contínuo rejuvenescimento do Partido.

2.2.3.5. Sendo a JCP a organização de juventude do Partido e o seu principal instrumento de intervenção, o Partido não pode ser desresponsabilizado, quer no acompanhamento, quer na sua acção dirigida às grandes questões que tocam a juventude. A par do contributo indispensável para o reforço da JCP importa definir linhas de acção para esta frente, em regular e permanente articulação com a JCP.

2.2.3.6. *São orientações:*

2.2.3.6.1. Reforçar a articulação e cooperação no desenvolvimento do trabalho, ao nível das organizações concelhias e Sectores Profissionais;

2.2.3.6.2. Contribuir para o conhecimento dos militantes do Partido sobre o papel da JCP. A sua reflexão, intervenção e trabalho em unidade, constituem um contributo fundamental para o reforço das lutas da juventude.

2.2.3.6.3. Assumir de facto o reforço da JCP como tarefa de toda a organização do Partido. Isto será fundamental para que os jovens comunistas estejam organizados na JCP.

2.2.3.6.4. Reforçar a acção junto de empresas e locais de trabalho, sendo como tarefa prioritária garantir o rejuvenescimento das células de empresa e Sectores Profissionais, formar quadros capazes de assumir maiores responsabilidades, em especial, no MSU e CT, sendo necessário:

2.2.3.6.4.1. Definir quais as empresas e locais de trabalho com elevada concentração de juventude onde serão elaborados planos de contactos regulares e edição de propaganda específica;

2.2.3.6.4.2. Elevar a compreensão para a importância do papel dos sindicatos, da sindicalização e actividade da Interjovem, assente nas comissões de juventude dos sindicatos.

2.2.3.6.5. Reforçar o trabalho de massas:

2.2.3.6.5.1. Desenvolvendo acções específicas junto da Juventude, esclarecendo e mobilizando para a luta em torno de questões concretas (o desemprego, os problemas da habitação, a fraca oferta pública na rede pré-escolar, o direito à cultura e ao desporto, entre outras), onde os eleitos autárquicos do Partido podem e devem contribuir designadamente no combate à ofensiva política e ideológica;

2.2.3.6.5.2. Conhecendo melhor e reforçando o trabalho junto do Movimento Associativo Juvenil ligado ao teatro, artes urbanas, defesa do ambiente, entre outros.

2.2.3.6.6. Para concretizar as orientações é importante a recomposição e o funcionamento regular da Comissão Distrital para o Trabalho junto da Juventude

2.2.4. Os Reformados

2.2.4.1. No distrito de Lisboa, as questões mais sentidas pelos reformados são as relativas ao baixo valor das reformas e pensões e outras prestações sociais, à saúde, (taxas moderadoras,

centros de saúde), à mobilidade e aos transportes (com os cortes nos passes, muitos reformados deixaram de se deslocar ou reduziram as deslocações ao mínimo necessário) e à habitação, particularmente com a lei das rendas.

2.2.4.2. Nos últimos anos, face ao violento ataque desferido pelo Governo PSD/CDS-PP aos direitos dos reformados pensionistas e idosos cresceu também, de forma muito significativa, a luta dos reformados. O dia 12 de Abril de 2014 com a manifestação do MURPI que juntou em Lisboa cerca de 10 mil pessoas, o dia do idoso assinalado também com acções de protesto e luta, as inúmeras tribunas, tribunais de opinião pública, concentrações, e outras acções promovidas pela Confederação Nacional de Reformados (MURPI), com importante papel da FARPIL, e também as acções promovidas pelos sindicatos da CGTP-IN no plano de sectores como a administração pública e o sector ferroviário, ou de empresas como o Metro, a Carris e a PT, bem como a intervenção da Inter-Reformados Lisboa, contribuíram para o elevar da consciência e da luta dos reformados. É de valorizar também o papel dos reformados na mobilização e a sua participação nas lutas mais gerais.

2.2.4.3. No distrito de Lisboa existem 48 Associações de Reformados filiadas no MURPI que, gradualmente, se têm vindo a transformar em IPSS, sofrendo a influência e a pressão dos governos decorrentes dos apoios que recebem.

É papel dos comunistas o reforço destas estruturas e orientar a sua acção para o fortalecimento da sua capacidade reivindicativa e de luta e o reforço do MURPI e da FARPIL.

2.2.4.4. No distrito de Lisboa os membros do Partido reformados têm um peso significativo. É uma grande força que não está suficientemente potenciada. Avançamos na iniciativa e afirmação própria do Partido, demos os primeiros passos na criação de células de reformados nas freguesias – Sacavém, S. D. Rana, Damaia– e no acompanhamento aos camaradas que intervêm nas Universidades Seniores.

2.2.4.5. *São orientações:*

2.2.4.5.1. Conhecer em cada momento os principais problemas sentidos por esta camada da população e lançar linhas de reivindicação, acção

e luta;

2.2.4.5.2. Trabalhar para o reforço da intervenção das associações dos reformados e da FARPIL a estrutura regional da Confederação Nacional de Reformados MURPI. Acompanhar as várias expressões do movimento dos reformados, designadamente as universidades sénior, diversas expressões no plano cultural;

2.2.4.5.3. Reforçar as comissões de reformados nos sindicatos, desenvolver a sua intervenção e cuidar do papel activo que a Inter-reformados Lisboa, no plano da USL, pode e deve ter na coordenação e dinamização da acção dos sindicatos neste âmbito;

2.2.4.5.4. Reforçar as estruturas do Partido que intervêm nesta frente; promover a constituição de células de reformados e de outros organismos nesta área.

2.2.4.5.5. Afirmar as propostas e os objectivos do Partido nos locais onde se concentram os reformados.

2.2.5. As Mulheres

2.2.5.1. Com o desenvolvimento da política de direita e profundo agravamento da situação económica e social, acentuou-se uma política de desigualdade e discriminação, aumentou o desemprego feminino e a precariedade, agravaram-se as discriminações salariais directas e indirectas; persistiu e agudizou-se a violação dos direitos de maternidade e paternidade nos locais de trabalho; colocaram-se em causa direitos fundamentais, constituindo um retrocesso na luta pela participação em igualdade em todas as áreas da sociedade e da vida..

2.2.5.2. A par desta ofensiva, foram lançadas linhas de instrumentalização ideológica em torno da natalidade, profissionalização e legalização da prostituição, regresso da concepção da mulher como "fada do lar" promovendo o seu regresso a casa, afastando-a do mundo do trabalho, e do seu papel na luta pelo emprego com direitos, pelo salário igual para trabalho igual, que permita a sua independência económica e social, questão essencial para uma vida em condições de igualdade.

2.2.5.3. Contra estas políticas movimentaram-se muitos milhares de mulheres, participando activamente na luta dos trabalhadores dinamizadas pelo MSU e pelo MDM, em torno de reivindicações gerais e específicas.

2.2.5.4. São orientações:

2.2.5.4.1. Desenvolver uma linha de massas em torno dos problemas específicos das mulheres, de forma a aumentar a sua participação na luta;

2.2.5.4.2. Publicar com regularidade o Boletim "Mulheres em Luta" e distribuí-lo nos locais de trabalho e na rua em contacto directo com as mulheres.

2.2.5.4.3. Manter a Coordenadora Distrital para o trabalho de Mulheres e o acompanhamento das camaradas que integram os órgãos do MDM;

2.2.6. As Pessoas com Deficiência

2.2.6.1. No Distrito de Lisboa estão sedeadas as principais associações de e para deficientes (CNOD, APD, ADFA, ACAPO, FENACERCI) nas quais os comunistas intervêm.

2.2.6.2. Nos últimos anos este sector sofreu ainda mais fortemente com a política de direita e a concretização do pacto de agressão da troica. Foram cortados apoios sociais, restringiu-se o acesso a cuidados de saúde, degradou-se o ensino especial, aumentou o número de trabalhadores com deficiência em situação de desemprego.

2.2.6.3. Não se resolveram os problemas das barreiras arquitectónicas nem foram desenvolvidas políticas efectivas de inclusão social das pessoas com deficiência, adultos, idosos, jovens e crianças no plano do emprego, da saúde, da educação, da mobilidade.

2.2.6.4. Contra esta política as pessoas com deficiência integraram as várias lutas desenvolvidas pelo povo, em torno de questões específicas e gerais, como é o caso da concentração frente ao Ministério da Solidariedade e Segurança Social em Lisboa, exigindo o cumprimento dos seus direitos e dignidade nas suas vidas. .

2.2.6.5. São orientações:

2.2.6.5.1. Uma maior atenção a esta frente de trabalho que tem relevância distrital e estruturas importantes num conjunto de concelhos, acompa-

nhando e organizando melhor os camaradas que são dirigentes destas estruturas.

2.2.7. Os Micro, Pequenos e Médios Empresários

2.2.7.1. As MPME representam 99,8% do tecido empresarial e 78% do emprego no país. É, pois, evidente a importância deste sector.

A opção dos governos PS e PSD/CDS de concentração e centralização do capital, com o favorecimento dos grandes grupos económicos, a carga de impostos aplicada de forma directa ou indirecta, as crescentes dificuldades financeiras dos trabalhadores, dos reformados, da população em geral, tem levado à extinção de milhares destas empresas.

2.2.7.2. Esta situação cria condições para o desenvolvimento da sua acção específica e reforçar a sua participação na luta mais geral do povo português contra a política de direita e por uma alternativa patriótica e de esquerda, sendo necessário que os MPME tomem consciência de que a sua luta é ao lado dos trabalhadores contra os grandes grupos económicos.

2.2.7.3. São orientações:

2.2.7.3.1. Promover a participação e intervenção dos comunistas nas organizações e associações próprias dos MPME, incentivar à realização de iniciativas agregadoras que juntem os MPME para lutarem em defesa dos seus interesses, reforçar a C.P.P.M.E., as suas estruturas e intervenção no distrito.;

2.2.7.3.2. No plano do Partido exige-se às organizações uma maior atenção a esta frente de trabalho com um contacto regular e procurando criar núcleos de MPME comunistas, concelhios ou de freguesia, que contribuam para o conhecimento da situação dos MPME e o lançamento de iniciativas para a dinamização da luta para responder aos seus problemas.

2.2.8. Os Pequenos e Médios Agricultores

2.2.8.1. As desastrosas políticas agrícolas praticadas pelos sucessivos governos ao longo dos

últimos 38 anos têm conduzido a uma constante degradação da situação dos pequenos e médios agricultores no distrito de Lisboa, à semelhança do que acontece com todos os pequenos e médios agricultores dos restantes distritos do país.

2.2.8.2. Na zona norte e oeste do distrito têm sido destruídas, ano após ano, centenas de explorações agrícolas, o que contribui para a redução da produção e para o défice da balança agro-alimentar.

No distrito de Lisboa tem vindo a impor-se a produção de vinho de grande qualidade. No entanto, sendo o vinho uma produção importantíssima, caminha-se para a liquidação dos direitos de plantação de vinha o que coloca sérios problemas a este tipo de produção.

2.2.8.3. Muitas Cooperativas, há muito dominadas pelos grandes empresários, pagam aos pequenos produtores muito abaixo dos valores merecidos e com atrasos enormíssimos: muitas são as queixas de quem só recebe o resultado de uma vindima, quando entrega o produto do ano seguinte.

2.2.8.4. Nos Concelhos da zona norte e oeste do distrito existe também uma grande produção de frutas, mas a forma como se escoam a respectiva produção (através de venda às grandes superfícies ou grandes distribuidores), faz que os pequenos produtores não recebam uma quantia justa pelo produto do seu trabalho.

2.2.8.5. No distrito de Lisboa, tanto o movimento associativo como o sector cooperativo têm sido alvos de grandes ataques dos sucessivos governos, levando ao estrangulamento das associações agrícolas e ao encerramento de várias adegas cooperativas.

2.2.8.6. São orientações:

2.2.8.6.1. Trabalhar para o fortalecimento da Associação dos Agricultores de Lisboa, associada da CNA, para que a atenção aos problemas e a defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores continue e se aprofunde.

2.2.8.6.2. Desenvolver a iniciativa própria do Partido, prosseguir e alargar a realização de visitas a explorações e reuniões com os agricultores, através dos deputados na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, levando a uma intervenção e mobilização em defesa dos seus interesses, criando condições para uma linha de tra-

balho consequente junto dos agricultores do distrito.

2.2.8.6.3. Fortalecer e dar regularidade de funcionamento ao organismo para esta frente de trabalho na ORL.

2.2.9. O Movimento dos Utentes

2.2.9.1. A brutal ofensiva contra os serviços públicos tem potenciado uma importante resposta dos utentes, organizados em dezenas de comissões de utentes um pouco por todo o distrito. Na maior parte dos casos são estruturas informais que surgem para responder à necessidade de organização popular para travar uma batalha concreta.

2.2.9.2. Algumas destas estruturas, ainda que um número reduzido, conseguiram manter um funcionamento regular e alargar a sua base unitária, caminhando para a necessária resposta a uma superior organização dos utentes em defesa dos serviços públicos.

2.2.9.3. O MUSP (Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos), apesar de dificuldades que importa ajudar a superar, tem conseguido crescentemente agregar as diversas expressões do movimento e tem contribuído para a projecção, coordenação e amadurecimento do movimento.

2.2.9.4. São orientações:

2.2.9.4.1. O contributo para a dinamização da intervenção e criação de comissões de utentes na resposta, quer a preocupações e objectivos duradouros, quer a problemas pontuais e para o fortalecimento do MUSP.

2.2.9.4.2. O apoio à intervenção dos comunistas nas comissões de utentes no plano da ORL, das organizações concelhias e de freguesia.

2.2.10. O Movimento Associativo Popular

2.2.10.1. No distrito de Lisboa, a política de direita tem tido graves consequências directa ou indirectamente na vida das colectividades e dos dirigentes associativos.

2.2.10.2. No que diz respeito às colectividades, a lei do arrendamento conduziu à insustentabilidade de muitas delas, levando ao seu encerramento

por “brutais” aumentos do valor da renda, e a extinção das freguesias tornou ainda mais difícil a vida e a actividade das colectividades, atendendo a que as Juntas de Freguesia são o órgão de poder mais próximo e aquele que mais colabora com o associativismo.

2.2.10.3. No que diz respeito aos dirigentes associativos acentuaram-se os problemas na participação, pois as questões do desemprego, a redução de direitos na legislação do trabalho, nomeadamente quanto aos horários, limitam a participação particularmente dos jovens e das mulheres nas estruturas do MAP e em geral nas suas actividades.

2.2.10.4. Mas continuam a existir mais de mil estruturas do MAP, contando com a disponibilidade de vários milhares de dirigentes associativos, muitos deles comunistas.

2.2.10.5. Considera-se que foram dados alguns passos no trabalho com o MAP nas freguesias e nos concelhos, de forma desigual entre organizações, no entanto ainda insuficientes na intervenção e no envolvimento dos comunistas no plano unitário nas estruturas associativas. Em termos do distrito existe a Federação das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, as Associações concelhias de Loures, Lisboa e da freguesia de Vialonga.

2.2.10.6. Existem também federações ligadas ao desporto, ao campismo, às bandas filarmónicas, entre outras.

2.2.10.7. São orientações:

2.2.10.7.1. Impulsionar o desenvolvimento da acção no plano da cultura, do desporto, do recreio, de novas actividades.

2.2.10.7.2. Desenvolver em conjunto com as diversas estruturas no distrito (Federação Distrital, Associações concelhias e colectividades/associações) acções reivindicativas, designadamente em torno dos direitos do movimento associativo e dos meios para a sua intervenção.

2.2.10.7.3. Estimular a convergência da intervenção do MAP com outros movimentos populares de massas em torno dos problemas sociais e das populações.

2.2.10.7.4. Aproveitar a “oportunidade” de, no seguimento da acção de contactos, actualizar a

informação sobre os camaradas que temos em estruturas do MAP e onde, começando por este conhecimento em cada freguesia, analisar essa realidade e ver as formas de organizar o seu enquadramento e o apoio à sua intervenção.

2.2.10.7.5. Continuar a responsabilizar quadros nos concelhos por esta tarefa;

2.2.10.7.6. Promover o enquadramento, a orientação e o apoio à actividade dos comunistas no MAP e retomar o funcionamento da Coordenadora Distrital;

2.2.10.7.7. Divulgar as propostas do Partido junto do MAP, através do trabalho das Comissões de Freguesia e Concelhias;

2.2.11. Os Bombeiros Voluntários

2.2.11.1. No distrito de Lisboa o movimento de Bombeiros, inclui a sua Federação Distrital e é constituído por 57 Associações e Corpos de Bombeiros com 1645 assalariados e onde participam cerca de 500 dirigentes e 3350 bombeiros voluntários.

2.2.11.2. As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, para além da actividade de protecção e socorro que realizam, têm vindo a desenvolver um conjunto muito diversificado de actividades associativas no campo do desporto, da cultura e na prestação de serviços.

2.2.11.3. São orientações:

2.2.11.3.1. Defender e fortalecer a autonomia e independência dos Bombeiros, assegurar o seu financiamento adequado através do Orçamento do Estado, apoiar e incentivar a participação voluntária, defender a justa regulamentação laboral dos bombeiros assalariados;

2.2.11.3.2. Defender e apoiar aos vários níveis, a resolução das graves carências e necessidades dos Corpos de Bombeiros e do conjunto dos agentes de Protecção Civil no distrito e em cada concelho;

2.2.11.3.3. Reforçar a participação e a organização dos membros do Partido que intervêm nas várias estruturas associativas de bombeiros, quer ao nível de cada concelho, quer da sua Federação Distrital.

2.2.12. O Movimento pela Paz e a Solidariedade Internacionalista

2.2.12.1. A luta pela paz teve vários momentos ao longo deste período, com diversas concentrações, marchas e outras expressões de solidariedade com os povos em luta. No plano partidário realizámos alguns debates sobre a situação internacional. Destaca-se o trabalho do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, CPPC com múltiplas iniciativas. Contudo, o desenvolvimento do trabalho no distrito em torno das questões da paz e a realização de acções de solidariedade ficou aquém do que era necessário, tendo em conta o agravamento da situação mundial.

2.2.12.2. São orientações:

2.2.12.2.1. Promover a intervenção dos comunistas para o reforço do CPPC, prosseguindo o alargamento da sua acção unitária e tomando medidas para uma maior intervenção regional e concelhia e trabalhar para o reforço geral da acção de solidariedade internacionalista;

2.2.12.2.2. O destacamento de quadros para o desenvolvimento do trabalho, partidário ou unitário, que possam assumir esta tarefa como uma prioridade;

2.2.12.2.3. O aprofundamento da discussão colectiva, nos organismos ou em reuniões marcadas para o efeito, e que dessa discussão possam resultar mais iniciativas de solidariedade internacionalista.

2.2.12.2.4. Criar condições para desenvolver o trabalho organizado e conseqüente para as questões concretas que a situação nacional e internacional a cada momento exija.

2.2.13. A URAP

2.2.13.1. No combate contra o branqueamento do fascismo, na acção junto das novas gerações, particularmente nas escolas, dando a conhecer o que foi o fascismo, mas também o que foi a Resistência, a URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses – tem tido um papel relevante.

2.2.13.2. A URAP, nos 40 anos do 25 de Abril, com a sua Exposição “25 de Abril – Evocação, Memória e Luta”, percorreu o distrito com deze-

nas de sessões que contaram com uma grande presença de alunos.

2.2.13.3. São de destacar igualmente as comemorações dos 70 Anos do fim da 2ª. Guerra Mundial, em que a URAP promove um importante trabalho com exposições, sessões e iniciativas diversificadas.

2.2.13.4. São orientações:

2.2.13.4.1. Incrementar os núcleos da URAP nos concelhos, contribuindo para o desenvolvimento desta frente de trabalho, pela unidade de todos os democratas na luta pela Paz, pela Liberdade e pela Democracia.

2.2.14. Outros Movimentos

2.2.14.1. Existem outros movimentos, com características e papel muito diferenciado, como o dos imigrantes e o movimento cooperativo, e outros criados recentemente, que a partir de problemas concretos e específicos desenvolveram acções de protesto e luta como é o caso dos movimentos em defesa da escola pública, onde as associações de pais assumem um papel de relevo, e pela erradicação da pobreza, e a Plataforma em Defesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

2.3. A acção nas instituições

2.3.1. A acção nas autarquias locais

2.3.1.1. Desde a última Assembleia da ORL que se procurou melhorar qualitativamente a intervenção do Partido e dos seus eleitos nos diversos órgãos autárquicos, mas, no entanto, persistiram dificuldades em generalizar a todos os órgãos uma intervenção que se constitua como extensão da sua ligação às massas e aos seus problemas concretos.

2.3.1.2. Os eleitos comunistas nos órgãos autárquicos, comprometidos com uma conduta política onde o exercício do poder assenta no trabalho, honestidade e competência no desempenho das funções, na recusa dos benefícios pessoais e do uso indevido de meios, devem levar a cabo uma intervenção enraizada na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, expressa na opção e na política de classe que caracteriza o PCP.

2.3.1.3. Com o reforço eleitoral alcançado em 2013, o Partido conta hoje no distrito com uma considerável força no poder local, do qual se destacam os 447 eleitos directos nos diferentes órgãos aos quais se somam todos os que participam e assumem responsabilidades nos órgãos executivos das Juntas de Freguesia. Força que o Partido dispõe para a afirmação de um projecto autárquico distinto e na assumpção do seu papel de vanguarda, cujo elemento central é a promoção da participação popular para a efectiva resolução dos seus problemas concretos.

2.3.1.4. O actual contexto de ataque ao Poder Local Democrático, por via de uma profunda alteração do regime jurídico das autarquias locais, das limitações à sua autonomia e da asfixia financeira que lhe tem sido impostas, estão hoje colocadas novas e permanentes exigências políticas à nossa intervenção e à resposta que se impõe dar a esta ofensiva da política de direita.

2.3.1.5. Em situação de maioria os eleitos comunistas distribuem responsabilidades e em minoria também as assumem desde que estejam garantidas condições para o exercício de funções ao serviço das populações e num quadro de independência de acção, análise e voto.

2.3.1.6. Em minoria, com ou sem pelouros, os eleitos comunistas estão sempre comprometidos com o projecto do Partido e com o programa apresentado à população.

2.3.1.7. No quadro dos objectivos e atribuições do poder local, a acção dos eleitos comunistas em situação de maioria deve assentar na afirmação do projecto autárquico do Partido que, a partir do seu elemento central de promoção da participação e intervenção das populações e dos trabalhadores para uma efectiva gestão democrática, eleve as suas condições de vida.

2.3.1.8. Para a concretização destes objectivos, em condição de maioria, é ainda mais decisivo estabelecer-se uma ligação permanente às populações, implementando uma linha de comunicação partidária e institucional regular que preste contas da acção desenvolvida pelos eleitos comunistas nos órgãos autárquicos e pela ligação e relação com as estruturas dos vários movimentos associativos que intervêm na área do território de cada autarquia.

2.3.1.9. Constituindo-se sempre como contributo para o reforço e influência do Partido, essa acção deve traduzir-se permanentemente em denúncia da política de direita e em proposta, que, a partir da resposta à resolução dos problemas concretos dos trabalhadores e do povo, se deve inserir na necessidade de ruptura com a política de direita e pela construção da alternativa patriótica e de esquerda.

2.3.2 A acção na Assembleia da República e no Parlamento Europeu

2.3.2.1. É no projecto político do PCP que radica a intervenção dos eleitos comunistas nas instituições onde estão eleitos (Assembleia da República e Parlamento Europeu), tendo sempre presente os interesses do povo e do país. Pela visibilidade da sua intervenção, os eleitos comunistas desenvolvem uma actividade de denúncia de problemas concretos e gerais e de apresentação de soluções justas, prestigiando a acção geral do Partido junto dos trabalhadores e das populações, contribuindo para a afirmação de propostas concretas de política alternativa, patriótica e de esquerda, que aponthem coloquem os valores de Abril no futuro do país.

2.3.2.2. Nos últimos anos, reforçámos a ligação do Partido aos deputados comunistas no Parlamento Europeu e ao Grupo Parlamentar na Assembleia da República, com uma intervenção solidária e muito presente na ligação às lutas dos trabalhadores e das populações através da participação directa ou de intervenções, na denúncia de problemas concretos dos locais de trabalho, ou mais gerais das populações através de requerimentos, perguntas ao Governo, propostas legislativas sobre os mais variados problemas que afectam a vida da região e do país.

2.3.2.3. Esta intervenção na AR e no PE, dando voz à luta do povo e complementada com visitas a empresas, localidades, serviços públicos, pode ser reforçada com uma programação que permita aproveitar toda a disponibilidade dos deputados do Partido, ajudando ao desenvolvimento da luta e ao aumento da influência de massas do Partido.

2.4. As batalhas eleitorais

Desde a última AORL, realizada em 2011, tiveram lugar dois actos eleitorais: eleições autárquicas em Setembro de 2013 e eleições para o Parlamento Europeu em Maio de 2014.

2.4.1. As eleições para as autarquias locais de 2013

2.4.1.1. Nas **eleições autárquicas**, os resultados no distrito de Lisboa reflectiram o aumento da influência e prestígio do Partido, fruto da organização e desenvolvimento da luta dos trabalhadores e das populações, do alargamento unitário da CDU e consubstanciaram-se no aumento do número de votos (mais 11.636), de percentagem (passando de 12,46% para 15,64%), de vereadores (subindo de 19 para 27), de eleitos municipais (de 69 para 90) e só não aumentou o número de presidências e eleitos das freguesias porque estas, fruto da extinção imposta pelo governo, diminuíram o seu número e, conseqüentemente o número de eleitos. A CDU passou de 19 para 16 presidências, mas teria aumentado se o quadro administrativo fosse o anterior.

2.4.1.2. Estes resultados permitiram confirmar a presidência da Câmara Municipal do Sobral de Monte Agraço e ganhar a presidência da Câmara Municipal de Loures, a par do aumento do número de vereadores na Azambuja, Torres Vedras, Mafra, V. Franca de Xira, Odivelas e Lisboa.

2.4.1.3. A importante batalha política travada em Loures, que levou à vitória da CDU, e o reforço noutros importantes concelhos mostram que é possível continuar a crescer.

2.4.1.4. Os 447 eleitos directos conquistados pela CDU são base para uma importante intervenção, inserida na acção do Partido na luta pela melhoria das condições de vida das populações, no desenvolvimento da luta e na ligação às massas.

2.4.2. As eleições para o Parlamento Europeu de 2014

2.4.2.1. As **eleições para o Parlamento Europeu** representaram um assinalável avanço eleitoral da CDU. Para este resultados em que a CDU foi a única força que cresceu, aumentando o número de

votos em 35 mil, passando de 10,7% para 12,7% e elegendo 3 deputados, mais um do que nas anteriores eleições, o distrito de Lisboa deu um contributo decisivo com os 114.925 votos (15,9%) alcançados. Este crescimento é ainda mais significativo se tivermos em conta que nesta eleição se registou a maior abstenção de sempre.

2.4.3. As próximas batalhas eleitorais: eleições para a Assembleia da República de 2015; eleições Presidenciais de 2016; eleições autárquicas de 2017

2.4.3.1. A par do desenvolvimento da luta de massas, nos próximos três anos a organização do Partido vai ser chamada a participar em três actos eleitorais de enorme importância para o país.

2.4.3.2. Tendo as campanhas eleitorais uma grande importância, os resultados eleitorais constroem-se na acção permanente das organizações do Partido, na ligação aos problemas dos trabalhadores e do povo, na mobilização popular para a sua solução, na divulgação da acção e intervenção dos eleitos.

2.4.3.3. Nas eleições para a Assembleia da República devemos trabalhar para o aumento do número de votos e de deputados no distrito de Lisboa, contribuindo assim para o reforço do resultado nacional da CDU, a Coligação Democrática Unitária, PCP-PEV, nesta grande batalha política e eleitoral.

2.4.3.4. Nas eleições para a Presidência da República de Janeiro de 2016, coloca-se a necessidade dum intervenção no distrito inserida na concretização da orientação definida no XIX Congresso em que *“é objectivo dos comunistas assegurar uma intervenção própria sobre o modo como o PCP vê e defende o exercício das funções presidenciais e contribuir para assegurar na Presidência da República o efectivo respeito pelo juramento de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa”*.

2.4.3.5. Para as eleições Autárquicas de 2017, e não tendo ainda chegado a meio do actual mandato, o mais importante é o trabalho que as nossas organizações e eleitos realizarem até lá na resposta aos problemas das populações no quadro de uma gestão participada e de ligação às populações

sob a nossa consigna de “trabalho, honestidade e competência”.

2.4.3.6. Nas eleições de 2017 o objectivo no distrito será mais votos, mais mandatos, mais presidências de câmara e de juntas de freguesia.

2.5. O trabalho político unitário

2.5.1. Na Resolução política do XIX Congresso do Partido é afirmado que o trabalho político unitário é um instrumento importante para a ligação do Partido às massas – questão estratégica do nosso trabalho – permitindo a concretização regular e sistemática do diálogo e da acção comum com pessoas e sectores democráticos e também com as organizações, movimentos, estruturas e instituições.

2.5.2. Estamos, pois, perante um imperativo inadiável que é o aprofundamento e alargamento do trabalho político unitário em torno das mais variadas questões e que contribua para um amplo movimento em torno dos grandes valores e propostas para uma política patriótica e de esquerda e a ruptura com a política de direita.

2.5.3. Desde a VII Assembleia da ORL deram-se passos no contacto e acção comum com muitos homens e mulheres, quer através dos membros do Partido em movimentos unitários de massas, nomeadamente no MSU, quer no âmbito do trabalho eleitoral, quer ainda no desenvolvimento de iniciativas e movimentos sobre objectivos específicos.

2.5.4. A ORL, nos últimos três actos eleitorais, realizou um bom trabalho quer na constituição das listas, quer nos contactos e apoios aos Programas da CDU. Tivemos um largo número de candidatos sem filiação partidária, candidatos independentes para além das largas centenas de apoiantes com quem é obrigatório manter o contacto, o diálogo e até a participação em reuniões para as quais sejam expressamente mobilizados e convidados.

2.5.5. Há também a salientar o trabalho unitário nos Movimentos em Defesa da Cultura, em Defesa da Escola Pública, pela erradicação da Pobreza, dos Utentes dos Serviços Públicos, entre outros.

2.5.6. São orientações:

2.5.6.1. Tornar regular a discussão em torno do trabalho político unitário, planificar a acção e definir prioridades;

2.5.6.2. Dar uma particular atenção ao contacto individual com pessoas que se destacam nas mais diversas áreas, alargando o número de contactos e dando-lhe regularidade.

2.5.6.3. Realizar mais frequentemente, tendo como base duas vezes por ano, reuniões distritais com pessoas sem filiação partidária, promovendo o diálogo, abordando as posições e projecto do Partido, ouvindo opiniões, abrindo novas possibilidades de participação e convergência (esta actividade deve ter uma regularidade permanente nos concelhos);

2.5.6.4. Prosseguir a linha de trabalho em todas as organizações de reuniões e contactos com estruturas, movimentos, organizações sociais, culturais e outras;

2.5.6.5. Criação de uma comissão para o trabalho político unitário.

2.6. O reforço do Partido e a luta pela alternativa

2.6.1. A Resolução Política do XIX Congresso diz: *“Alternativa necessária e possível que tem como condições determinantes e dialecticamente interdependentes para a sua concretização: o reforço do PCP com a ampliação decisiva da sua influência social, política e eleitoral, o vigoroso desenvolvimento da luta de massas que conflua para a criação de uma vasta frente social, e a alteração da correlação de forças no plano político favorável a uma ruptura com a política de direita e à construção de uma política patriótica e de esquerda. Alternativa que reclama a convergência e cooperação com as forças, sectores e personalidades democráticas que, séria e convictamente, estejam empenhados numa ruptura com a política de direita»*

2.6.2. Sendo o reforço permanente do Partido uma condição determinante para a construção da alternativa porque lutamos e tão necessária aos trabalhadores, ao Povo e ao País, é uma das tare-

fas mais importantes de todas as organizações e militantes.

3. O Partido e o seu reforço

3.1. Apreciação e breve balanço de intervenção e afirmação do Partido.

3.1.1. Desde a VII Assembleia, a ORL desenvolveu a sua actividade num período em que se verificou a maior ofensiva desde o fascismo contra os trabalhadores e os seus direitos, contra as funções sociais do Estado e contra os valores de Abril e o regime democrático consignado na Constituição. Justificando tudo com as imposições da troica, que os três partidos da política de direita negociaram e apoiaram, o governo PSD/CDS desencadeou um brutal ataque contra os trabalhadores, os reformados e pensionistas, os jovens, os micros e pequenos empresários e outras camadas não monopolistas.

3.1.2. As consequências são conhecidas: aumento do desemprego, roubo e redução nos salários e reformas, empobrecimento geral da população, entrega ao capital nacional e estrangeiro importantes sectores estratégicos da economia através das privatizações, aumento da exploração e substancial aumento das desigualdades sociais e da concentração da riqueza.

3.1.3. Neste contexto político difícil, uma boa parte da actividade e energias da Organização Regional de Lisboa esteve centrada na resistência a esta ofensiva, dinamizando e participando na luta dos trabalhadores, nomeadamente nas muitas acções de luta convocadas pela CGTP, pela USL e outras estruturas do MSU e na dinamização da luta das populações a partir dos seus problemas concretos, em que as organizações do Partido avançaram de forma significativa, reforçando a sua ligação às massas.

3.1.4. Reforçámos organizações e movimentos de massas já existentes e contribuímos para a dinamização de novos movimentos, através dos quais alargamos o trabalho político unitário. Neste período, alargámos a influência eleitoral do Partido nas eleições autárquicas, com destaque para a conquista do Município de Loures e no distrito

foi dada uma grande contribuição para o excelente resultado conseguido pela CDU nas eleições para o Parlamento Europeu .

3.1.5. Esta intensa e exigente actividade política, a que fomos chamados a responder, foi desenvolvida ao mesmo tempo que afirmámos o Partido, o seu projecto, a sua ideologia e os seus princípios orgânicos, como elementos fundamentais para a sua coesão e acção pela transformação revolucionária da sociedade. Comícios e mini comícios, desfiles, concentrações e outras acções de rua foram, entre outras, acções de afirmação do Partido.

3.1.6. Para levar à prática esta gigantesca actividade foi determinante o conjunto de quadros que compõem o núcleo activo do Partido a sua militância, capacidade de direcção e a sua enorme dedicação ao Partido. Sem qualquer dúvida ou hesitação, podemos afirmar que estivemos à altura das responsabilidades da ORL para com o Partido.

3.2. Questões Prioritárias do Reforço do Partido

3.2.1. No conjunto das diversas componentes do reforço do Partido, são prioridades até à próxima assembleia: reforçar o Partido nas empresas e locais de trabalho, onde as exigências colocadas pela concretização das decisões da VIII Assembleia, nomeadamente o recrutamento de mais 1000 operários e outros trabalhadores, exigem medidas de direcção e quadros que garantam de forma sustentada o seu desenvolvimento e o seu êxito, essencial para a acção imediata do Partido e para a concretização do seu projecto; a discussão em toda a ORL sobre a importância da independência económica do Partido e o papel da quotização de cada militante e o seu pagamento regular para esse objectivo, no conjunto da ORL deve, na altura da IX Assembleia, assumir uma muito maior expressão na estrutura das receitas, só possível com o aumento generalizado do valor da quota de cada militante; o alargamento da iniciativa política das organizações.

3.3. Direcção

3.3.1. Trabalho de direcção e estilo de trabalho

3.3.1.1. Ao trabalho de direcção do Partido colocaram-se e colocam-se grandes exigências. Na direcção da actividade e da intervenção, na orientação e mobilização das forças e capacidades do colectivo partidário, no reforço do Partido, na afirmação da sua identidade comunista.

3.3.1.2. Na Resolução Política do XIX Congresso diz-se: “O Programa e os Estatutos consagram a definição do PCP, da sua identidade comunista, do seu projecto, dos seus princípios de funcionamento, que responsabilizam todos os militantes, na exigência da sua aceitação como condição para ser membro do Partido e na exigência de honrar esse compromisso na acção prática de cada militante. A afirmação dos princípios do Partido, da sua unidade e coesão, constituem elemento essencial da força e da capacidade de intervenção do Partido.” Esta é uma questão de particular importância na preparação do Partido para o futuro sejam quais forem as circunstâncias.

3.3.1.3. Numa acção marcada por uma grande dedicação dos quadros, pelo exemplo de militância e responsabilidade individual e trabalho colectivo, registam-se situações, que é preciso combater, de menor rigor no cumprimento das decisões, de subestimação ou resistência ao controlo de execução, bem como de criticismo que desmobiliza e enfraquece.

3.3.2. DORL

3.3.2.1. A DORL e os seus organismos executivos cumpriram o seu papel na direcção do trabalho do Partido no distrito. A DORL com a realização de 15 reuniões, o Secretariado e o Executivo com reuniões semanais e a Comissão Distrital reunindo mensalmente. O trabalho de direcção da DORL e dos seus organismos executivos revela-se de uma importância fundamental, apoiado no trabalho de direcção das Comissões Concelhias e dos Organismos de Direcção dos Sectores Profissionais e outros organismos de direcção intermédios.

3.3.2.2. A DORL cumpriu no essencial o seu papel na direcção do trabalho do distrito. Nas suas reuniões esteve presente a discussão das questões políticas, desenvolvimento da luta de massas e actividade do Partido. Faltou a abordagem de questões específicas.

3.3.2.3. No que respeita aos organismos executivos, com dificuldades específicas diferentes, no geral desempenharam bem as responsabilidades que lhe estão atribuídas pela DORL.

3.3.3. Organismos Intermédios de Direcção: Comissões Concelhias e Organismos de Direcção de Sectores; outros Organismos de Direcção.

3.3.3.1. Os organismos de direcção intermédios que têm um papel de grande importância no trabalho do distrito cumpriram, em geral bem, as responsabilidades no desenvolvimento da actividade do Partido, revelando-se no entanto insuficiências em alguns organismos. Quanto aos executivos ou secretariados, embora de forma diferenciada, manifestam-se insuficiências quanto ao aprofundamento e projecção do trabalho do Partido, ao número dos seus membros, ao seu rejuvenescimento, à atribuição de responsabilidades individuais e à necessária assunção dessas responsabilidades bem como ao funcionamento colectivo. Regista-se a necessidade de uma abordagem mais regular sobre vários aspectos, designadamente as questões de quadros, particularmente sobre a sua responsabilização, revelando a importância do papel dos secretariados dos organismos de direcção.

3.3.3.2. São orientações:

3.3.3.2.1. Quanto à DORL

3.3.3.2.1.1. Quanto à futura DORL são critérios-base para a sua constituição: não aumentar o seu número, considerando mesmo a sua redução; afirmar as características de classe (maioria de operários e empregados), mantendo a componente operária; rejuvenescer e renovar o organismo; trabalhar para um aumento da participação de mulheres;

3.3.3.2.1.2. Chamar a DORL a discutir e decidir sobre temas e assuntos específicos.

3.3.3.2.2. Quanto às Comissões Concelhias, Organismos de Direcção de Sectores e outros organismos intermédios:

3.3.3.2.2.1. Nas Comissões Concelhias (com excepção de alguns concelhos do Norte e Oeste) e nos Organismos de Direcção dos Sectores Profissionais assume particular importância o reforço dos executivos e dos secretariados. Os executivos na sua composição devem assentar em camaradas com responsabilidades efectivas por organizações e outras tarefas, deve ser alargado o seu número de modo a vencer acumulação de responsabilidades e estrangulamentos de direcção, promovendo o rejuvenescimento, afirmando a responsabilidade e iniciativa individual e o trabalho colectivo e elevando assim o papel decisivo desses organismos. Os secretariados precisam de um urgente reforço, com mais quadros, uma regularidade e um tempo de funcionamento mais alargado, assegurando o seu papel global no trabalho de direcção e em particular nas questões financeiras e de quadros, particularmente quanto ao levantamento, responsabilização, acompanhamento e formação dos quadros operários.

3.3.3.2.2.2. Prosseguir o trabalho de consolidação e reforço do Organismo Intermédio de Direcção dos Concelhos do Oeste e do Organismo Intermédio de Direcção dos Concelhos do Norte;

3.3.3.2.2.3. Nos sectores de empresas dos concelhos, é indispensável alargar a sua composição, atribuir responsabilidades e tarefas e garantir o seu funcionamento regular.

3.4. Quadros

3.4.1. O papel dos quadros

3.4.1.1. O papel dos quadros é decisivo em todo o trabalho do Partido. O Partido conta na ORL com um elevado número de quadros de grande dedicação, mantem-se no entanto um insuficiente aproveitamento das disponibilidades e da responsabilização de camaradas e de uma forma particular quanto a quadros operários. Numa situação de um número muito largo de quadros não funcionários, que dão uma contribuição da maior importância com uma grande disponibilidade militante, salienta-se o papel dos funcionários do Partido e a sua acção indispensável. Deram-se passos importan-

tes no processo de reforço e rejuvenescimento do núcleo de funcionários do Partido, embora de forma ainda insuficiente.

3.4.2. A Formação Política e Ideológica dos Quadros

3.4.2.1. Foram importantes os avanços na formação política e ideológica, nomeadamente com a realização de cursos para os novos militantes proporcionando-lhe logo a seguir à sua entrada no Partido, uma útil discussão sobre o Programa e os Estatutos.

3.4.2.2. São orientações:

3.4.2.2.1. A consideração do levantamento, responsabilização e acompanhamento de quadros como uma prioridade que exige medidas excepcionais, ao mesmo tempo que deve ser considerado um trabalho regular e permanente. Deve ser dada uma atenção particular à responsabilização de quadros operários e outros trabalhadores, jovens e mulheres.

3.4.2.2.2. O prosseguimento do trabalho para o reforço e rejuvenescimento do núcleo de quadros funcionários do Partido, com novas funcionalizações dando atenção particular a quadros operários.

3.4.2.2.3. O desenvolvimento da acção de formação política e ideológica dos quadros designadamente com os cursos sobre o Programa e Estatutos dirigidos aos novos militantes e a consideração de outras iniciativas de formação e cursos no quadro do plano nacional de formação política e ideológica.

3.5. Organização

3.5.1 Composição e Estrutura da Organização

3.5.1.1. Caracterização da ORL do PCP

3.5.1.1.1. De acordo com o último Balanço da Organização realizado em Dezembro de 2014, a ORL conta com 14.159 membros, distribuídos por 16 organizações concelhias e 12 sectores profissionais e o Sector Sindical.

3.5.1.1.2. Numa análise à composição social da ORL constata-se que se mantém uma larga maioria de operários e empregados 71,6%, são intelectuais e quadros técnicos 5,3%, pequenos empresários cerca de 4,6% , 7,2% dos efectivos em outras situações são estudantes 1,7%. Continua a verificar-se uma ligeira descida dos operários industriais que se prende com a destruição verificada no aparelho produtivo e designadamente do tecido industrial no distrito.

3.5.1.1.3. Na composição etária continua a verificar-se uma maior expressão dos camaradas com mais de 64 anos, acompanhando o envelhecimento natural de muitos camaradas inscritos logo a seguir ao 25 de Abril e que se mantêm na organização, representando cerca de 50% do total, 26% têm entre 50 e 64 anos e 24 % têm menos de 50 anos. Em relação à última assembleia sobe a percentagem dos camaradas com mais de 64 anos e dos camaradas com menos de 50 anos.

3.5.1.1.4. 65,6% são homens e 34,4% são mulheres. A percentagem de mulheres continua a crescer na ORL.

3.5.1.1.5. Salienta-se o recrutamento, nos anos de 2012, 2013 e 2014, de 912 militantes, sendo de destacar que mais de metade destes têm menos de 40 anos.

3.5.1.2. Estrutura da ORL

3.5.1.2.1. A organização partidária no distrito estrutura-se em 533 organismos desde a DORL, Comissões Concelhias, Comissões de Freguesia e Comissões Locais, aos Sectores de Empresas e Profissionais e o Sector Sindical, até aos Secretariados e núcleos de células de empresa, até aos diversos organismos intermédios e para as frentes de trabalho de massas e organismos específicos para o trabalho autárquico, a juventude, os fundos, a propaganda e os Centros de Trabalho.

3.5.1.2.2. Na ORL, 72% dos camaradas estão organizados pelas organizações locais existindo 290 organismos, Comissões Concelhias, de Freguesia e Comissões locais ou de bairro, organismos intermédios diversos e 107 organismos virados para frentes de massas. 28% dos efectivos estão organizados nas empresas e locais de trabalho enquadrados em 216 organismos.

3.5.1.2.3. Realizaram-se, neste período, 84 Assembleias das Organizações.

3.5.1.2.4. Terminámos no essencial a acção de contacto com os membros do Partido na generalidade das organizações, que se traduziu num importante instrumento do seu reforço orgânico e ideológico. No desenvolvimento desta tarefa, ficou claro que, houve milhares de membros do Partido que, durante anos não tiveram qualquer contacto organizado com o Partido, nem sequer para pagarem a sua quota. As consequências negativas desta situação no plano político, orgânico e financeiro, são conhecidas. Hoje sabemos quantos são, quem são e onde moram os militantes do Partido organizados na ORL, estamos em muito boas condições de tomar medidas que garantam que todos eles vão ter um contacto regular com o Partido e que cada um deles saberá com quem e como contactar sempre que queira fazê-lo. Assim evitaremos que se repita a situação verificada nesta acção de contacto. Os novos militantes que vieram ao Partido estão a ter um papel muito importante na renovação e rejuvenescimento do Partido na ORL e dos seus quadros dirigentes, nomeadamente funcionários, linha de trabalho que tem de continuar. Neste sentido, é fundamental intensificar o recrutamento em especial de operários e mulheres e potenciar, na actividade do Partido, o facto de uma grande parte dos que estão a aderir ao Partido serem jovens e muitos disponíveis para assumir responsabilidades e tarefas no Partido.

3.5.1.2.5. *São orientações:*

3.5.1.2.5.1. Avançar de forma decidida para o recrutamento e de forma especial dirigido às camadas mais jovens, onde devem ser concentradas energias e meios num trabalho continuado, planificado e com controlo de execução. Dar particular atenção à concretização do objectivo de recrutar mais 1000 novos militantes para reforçar o Partido nas empresas e locais de trabalho.

3.5.1.2.5.2. Tomar as medidas de direcção que permitam que cada novo militante tenha uma tarefa no Partido e um organismo onde preste conta da sua actividade.

3.5.1.2.5.3. Considerar a constituição de células do Partido nas empresas e locais de trabalho como uma tarefa prioritária e da responsabilidade de todo o Partido.

3.5.1.2.5.4. Aprofundar a estruturação da organização do Partido, alargando o número de camara-

das com trabalho de organização e a capacidade de resposta do Partido.

3.5.1.2.5.5. Continuar a aprofundar o funcionamento democrático do Partido, nomeadamente com a realização de assembleias das organizações. Criar condições para que organizações, que realizaram a sua assembleia há muito tempo, o façam, prestem contas ao Partido e elejam os seus organismos de direcção.

3.6. *Informação e Propaganda*

3.6.1. A brutal batalha ideológica que travamos, o crescente bloqueio da comunicação social exigem do colectivo partidário o aprofundamento do debate colectivo sobre a frente de trabalho da propaganda, como elemento estruturante do esclarecimento, da informação, da ligação do Partido às massas e do alargamento da sua influência.

3.6.2. Muitas organizações revelam dificuldades na produção de propaganda própria, como reflexo de debilidades na sua estruturação de trabalho (e distribuição de tarefas) ou desconhecimento da realidade que se pretende transformar. A comunicação através de redes informáticas não pode ser encarada como solução para as debilidades existentes, mas como um instrumento que se soma a todos os outros.

3.6.3. Elemento central e decisivo da acção de propaganda do Partido é o contacto pessoal com os trabalhadores e a população, o esclarecimento, a apresentação das nossas propostas políticas.

3.6.4. *São orientações:*

3.6.4.1. Dar funcionamento efectivo e regular à Coordenadora Distrital de Propaganda;

3.6.4.2. Responsabilizar um camarada por esta frente em todas as organizações;

3.6.4.3. Criar colectivos concelhios e sectoriais que reúnam os camaradas com tarefas concretas;

3.6.4.4. Reforçar a propaganda nas empresas, abordando questões concretas, definindo periodicidades, descentralizando tarefas;

3.6.4.5. Avaliar a rede de MUPI's em cada concelho, adaptando-a à realidade actual;

3.6.4.6. Reforçar a utilização de carros de som devidamente equipados para a realização de minicomícios e intervenções políticas;

3.6.4.7. Necessidade de as organizações produzirem mais conteúdos, reflectindo a sua actividade e posições políticas, para a página da DORL;

3.6.4.8. Evitar a dispersão dos conteúdos do Partido na Internet, em especial nas “redes sociais”, com a criação de novas páginas (dificilmente as organizações terão conteúdos para as actualizar regularmente, transmitindo uma falsa ideia da dinâmica de acção do Partido);

3.6.4.9. Recolha de contactos de correio electrónico de amigos do Partido, em especial nas empresas e locais de trabalho, para serem adicionados às listas de correio electrónico do Partido;

3.6.4.10. Responsabilizar camaradas por uma intervenção organizada nos fóruns de discussão pública existentes na televisão e rádio e a promoção indirecta da imprensa partidária nos transportes colectivos da região.

3.7. Imprensa do Partido: “Avante!” e “O Militante”

3.7.1. O «Avante!» e «O Militante» desempenham um papel insubstituível na formação política e ideológica dos militantes do Partido. Pela sua natureza e história o «Avante!» é também um importante meio de organização, de propaganda e de ligação às massas.

3.7.2. Em Dezembro de 2014, o Partido vendia 1918 exemplares do «Avante!» e 607 exemplares de «O Militante!», número que se deve considerar insuficiente face às potencialidades que a sua difusão permite para o reforço do Partido a todos os níveis.

3.7.3. A leitura e estudo do «Avante!» e de «O Militante», que devem ser considerados como uma tarefa, são indispensáveis para que cada militante do Partido esteja melhor preparado para cumprir o seu papel de comunista no esclarecimento dos trabalhadores e das populações, nas empresas, nos locais de trabalho, nas ruas, nas associações, nas diversas organizações de massas, na indispensável batalha das ideias.

3.7.4. O «Avante!» e «O Militante» disponibilizam informação, as orientações do Partido, opiniões e análises sobre os problemas e as lutas dos trabalhadores e das populações sobre as questões essenciais no âmbito nacional e internacional.

3.7.5. São orientações:

3.7.5.1. Discutir em cada executivo de Organismo de Direcção ou Comissão Concelhia como criar novas ADEs, reactivar outras e acompanhar a sua venda regular;

3.7.5.2. Garantir que os camaradas, que no âmbito da acção de contactos mostraram querer receber o Avante, o recebam efectivamente;

3.7.5.3. Responsabilizar um camarada em cada organismo para esta tarefa;

3.7.5.4. Sensibilizar mais camaradas e amigos para a compra, leitura e difusão do «Avante!» junto dos trabalhadores e das populações, contribuição decisiva para elevar a sua consciência de classe, a sua consciência social e política;

3.7.5.5. Promover a leitura de artigos do «Avante!» e de «O Militante» e suscitar a sua discussão;

3.7.5.6. Realizar regularmente bancas para a venda do «Avante!» junto das empresas, dos terminais de transportes, dos mercados e praças e – em geral – em todos os locais de grande passagem;

3.7.5.7. As vendas especiais do «Avante!», associadas a edições onde é dado tratamento de assuntos da actualidade, são uma experiência muito positiva para a difusão do jornal e para o combate das ideias, pelo que devem continuar a dinamizar-se.

3.8. Festa do Avante!

3.8.1. A Festa do Avante! é a Festa do Portugal de Abril. A Festa do Avante! é a maior iniciativa política e cultural do País, espaço de cultura, desporto, convívio, fraternidade e solidariedade. Ano após ano, é obra da união entre a capacidade de organização colectiva e o empenho e dedicação individuais dos militantes e amigos do Partido, assumindo-se como referência incontornável na projecção dos valores de Abril no futuro de Portugal.

3.8.2. Expressando os valores, ideais e projecto político dos comunistas portugueses, a Festa contribui para vencer preconceitos e incompreensões sobre o Partido.

3.8.3. Cabem à ORL grandes responsabilidades na sua construção e funcionamento. Num quadro de avanços positivos na organização do trabalho e direcção colectiva nas diferentes fases de implantação e concepção da Festa, realizámos ainda importantes investimentos, recorrendo a novos materiais (incluindo de produção própria) e melhorando as técnicas na implantação.

3.8.4. O agravamento da situação financeira do país, dos trabalhadores e do povo, constitui um grande desafio para o Partido, exigindo-se a continuação e aprofundamento das medidas tomadas no que toca à contenção orçamental na construção, ou por exemplo, a concentração das compras para uma maior capacidade de negociação junto dos fornecedores. Medidas que se traduziram em significativos ganhos para o Partido, e que como a vida demonstrou, não colocam entraves à nossa criatividade e capacidade de ano após ano, tornar a Festa ainda mais bonita e com melhores condições para receber os seus milhares de visitantes.

3.8.5. Destacamos ainda, a necessidade de tomar medidas efectivas para garantir:

3.8.5.1. O aprofundamento da discussão colectiva atempada nas organizações para uma maior divulgação e promoção da Festa, uma maior presença de rua para a venda da EP;

3.8.5.2. O envolvimento de mais camaradas e amigos na construção da Festa, potencializando devidamente as suas características e conhecimentos, com a planificação atempada das jornadas de trabalho durante os dias de semana e fim de semana.

3.9. Fundos

3.9.1. Política de Fundos. Situação e exigências.

3.9.1.1. Num momento em que se assiste a uma brutal ofensiva contra o rendimento dos trabalhadores e do povo, as finanças do Partido têm de, neste quadro, merecer uma ainda maior atenção de forma a garantir o reforço dos meios financeiros como forma de contribuir para manter a sua independência e assegurar o desenvolvimento da actividade política indispensável no combate à

exploração e às injustiças sociais e na afirmação do projecto político alternativo que defendemos.

3.9.1.2. A situação financeira apresenta, nestes últimos três anos, saldos positivos. A receita baixou ligeiramente, com uma subida nas contribuições. A rubrica da quotização tem-se mantido estável, embora ainda longe do objectivo definido de 80% de camaradas com a quota em dia. A diminuição da despesa, apesar dos constantes aumentos dos preços que se têm verificado, compensou a quebra da receita.

3.9.1.3. Atendendo aos dados referidos é necessário que cada organização, cada militante se empenhe na superação das dificuldades existentes e que a situação actual nos impõe.

3.9.1.4. Está a decorrer a Campanha Nacional de Fundos “Mais espaço, mais Festa. Futuro com Abril” para adquirir a Quinta do Cabo e alargar o espaço da festa do Avante!. A campanha que teve início em Outubro de 2014 e se prolongará até ao limiar da 40ª Festa do Avante, em 2016, está-se a desenvolver com grande apoio, perspectivando a possibilidade real de, com um intenso e alargado trabalho, alcançar um grande êxito.

3.9.1.5. São orientações:

3.9.1.5.1. Todos os Organismos de Direcção devem reforçar a discussão da situação financeira do Partido no actual momento, tendo em conta as condicionantes da situação mas também todas as potencialidades, de forma a manter e reforçar o combate à política de direita e a contribuir para afirmar a sua independência política e ideológica;

3.9.1.5.2. Criar e/ou reforçar as Comissões de Fundos e de Controlo Financeiro nos concelhos e sectores profissionais, ligando-as à estrutura dirigente das organizações;

3.9.1.5.3. Assegurar um maior rigor na elaboração dos orçamentos e no respectivo controlo orçamental, na prestação de contas nas datas definidas e o rigor nos procedimentos;

3.9.1.5.4. Definir objectivos claros e assumidos colectivamente, melhorando significativamente o seu controlo de execução;

3.9.1.5.5. Proceder a uma profunda discussão sobre a importância da independência financeira do Partido e o papel da quotização;

3.9.1.5.6. Envolver mais camaradas no recebimento das quotas de forma a alcançar o objectivo definido de pelo menos 1 camarada por 20 militantes;

3.9.1.5.7. Divulgar junto dos camaradas as diversas formas de pagamento da quota – transferência bancária, débito directo e/ou o uso dos dados que constam no cartão de militante;

3.9.1.5.8. Promover a elevação da compreensão política do aumento do valor da quota e da sua recolha, procurando atingir os objectivos já definidos de 80% de militantes com a quota em dia e a elevação do seu valor, tendo como elemento de referência 1% do rendimento mensal;

3.9.1.5.9. Trabalhar para que uma parte muito significativa das despesas fixas do Partido seja suportada pelas quotas recolhidas;

3.9.1.5.10. Estimular a maior recolha de contribuições dos militantes, alargando o âmbito dessa recolha no interior do Partido e junto dos amigos, estabelecendo metas, elaborando listas de contactos em todos os organismos; aproveitar a experiência da Campanha Nacional de Fundos;

3.9.1.5.11. Cuidar do cumprimento do princípio estatutário que define que os membros do Partido eleitos ou nomeados em cargos públicos não devem ser prejudicados nem beneficiados pelo desempenho dessas tarefas, valorizando os resultados obtidos e acompanhando com mais rigor o cumprimento desse princípio. Salientar o exemplo de militância e a compreensão política que se reflecte na entrega pela generalidade dos membros do Partido das verbas que recebem pela participação nas mesas de voto e acompanhar com mais rigor a concretização desse processo no futuro.

3.9.1.5.12. Levar a cabo mais regularmente a realização de iniciativas culturais, festas, excursões, almoços e outras, em que, para além da sua importância política, fortaleça também a unidade e sejam tidos em conta os resultados financeiros;

3.9.1.5.13. No plano das despesas, dar uma maior atenção a um maior controlo das despesas correntes (água, electricidade, comunicações) bem como às despesas com viaturas e transportes, sendo exigido um maior rigor no seu controlo;

3.9.1.5.14. É necessário que as organizações tomem medidas para aumento da venda do Avante!,

eliminando as sobras, para também, por este meio, aumentar as receitas.

3.9.2. O Património do Partido, os Centros de Trabalho

3.9.2.1. Desde a última Assembleia, a DORL e as organizações concelhias têm procurado reabilitar e recuperar o Património do Partido. Realizaram-se obras nos Centros de Trabalho Vitória, de Alverca, Amadora, Apelação, Alenquer, Alcabideche, Beato, Cascais, Sobralinho.

Concretizámos como propriedade do Partido o actual Centro de Trabalho do Cacém.

Mudámos de instalações em Benfica.

Continuam a manifestar-se muitas deficiências de trabalho no plano da manutenção diária dos CT – decoração, embelezamento, limpeza.

3.9.2.2. Devemos salientar o facto do CT Vitória ter sido integrado na Lisboa Open House (Trienal de Arquitectura de Lisboa) tendo sido visitado nas três edições por cerca de 1500 pessoas.

3.9.2.3. São orientações:

3.9.2.3.1. Manter a linha já definida de melhor aproveitamento dos Centros de Trabalho tanto no plano político como financeiro, intervindo prioritariamente nas situações mais degradadas.

3.9.2.3.2. Assegurar que as organizações responsáveis pela gestão dos centros de trabalho assumam o seu papel na resolução de deficiências da sua manutenção diária e na criação de condições para que cada centro de trabalho tenha as necessárias condições para o funcionamento do Partido, a sua intervenção e projecção junto dos trabalhadores e da população.

3.9.2.3.3. Continuar a reforçar o grupo de trabalho do Património.

4. Democracia e socialismo

4.1. “No ideal e projecto dos comunistas, a democracia tem quatro vertentes inseparáveis: política, económica, social e cultural.

A democracia avançada que o PCP propõe ao povo português contém cinco componentes ou objectivos fundamentais:

1º. Um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino e um Estado democrático, representativo e participado.

2º. Um desenvolvimento económico assente numa economia mista dinâmica, liberta do domínio dos monopólios, ao serviço do povo e do país.

3º. Uma política social que garanta a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo.

4º. Uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais.

5º. Uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos. “

4.2. Tal como o Programa do PCP aprovado em 1965 e reafirmado com alterações em 1974 no VII Congresso (Extraordinário) sublinhava que a realização completa da revolução democrática e nacional criaria condições favoráveis para a evolução da sociedade portuguesa rumo ao socialismo, assim também, ao propor no seu Programa uma democracia avançada inspirada nos valores

de Abril, o PCP considera que a realização de um tal projecto criará condições propícias a um desenvolvimento da sociedade portuguesa conduzindo ao socialismo. A sociedade socialista que, como objectivo e perspectiva, o PCP propõe ao povo português incorpora e desenvolve os elementos fundamentais – económicos, sociais, políticos e culturais – da democracia avançada»

4.3. “O PCP aponta como objectivos fundamentais da revolução socialista em Portugal a abolição da exploração do homem pelo homem, a criação de uma sociedade sem classes antagónicas inspirada por valores humanistas, a democracia compreendida na complementaridade das suas vertentes económica social, política e cultural, a intervenção permanente e criadora das massas populares em todos os aspectos da vida nacional, a elevação constante do bem-estar material e espiritual dos trabalhadores e do povo em geral, o desaparecimento das discriminações, desigualdades, injustiças e flagelos sociais, a concretização na vida da igualdade de direitos do homem e da mulher e a inserção da juventude na vida do país, como força social dinâmica e criativa. “

(extractos do Programa do PCP)

**Reforçar o Partido, avançar com a luta.
Construir a alternativa patriótica e de esquerda**



ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA

Projecto de Resolução Política da VIII Assembleia da Organização Regional de Lisboa do PCP
lisboa.pcp.pt | pcp.pt | 2015